



EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021

Processos Administrativos nº 1302/2021
Secretaria Municipal de Saúde

A Comissão Permanente de Licitação e Compras da Prefeitura Municipal de Bom Jardim comunica que realizará Licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO UNITÁRIO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, e de conformidade com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, bem como no Decreto Municipal 1.393/2005, de 08 de abril de 2005, aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar Federal n. 123/2006 e suas posteriores modificações, e a Lei Municipal nº 1.582/2020.

A entrega dos envelopes **HABILITAÇÃO** e **PROPOSTA DE PREÇOS** será no dia **17/05/2021, às 09h30min**, no auditório da Casa da Cultura, localizada na Rua Mozart Serpa de Carvalho, nº 190, Centro, Bom Jardim, CEP.: 28.660.000.

Regime de Execução: Indireta, pelo menor preço unitário.

Não haverá prazo de tolerância para entrega dos envelopes (habilitação e proposta de preços).

1 - DO OBJETO:

1.1 – O presente destina-se a estabelecer os parâmetros mínimos para eventual e futura aquisição de **MEDICAMENTOS** para atender a demanda dos pacientes da Farmácia Municipal de Bom Jardim, pelo período estimado de 12 (doze) meses.

1.2 – DETALHAMENTO DO OBJETO

1.2.1 – Serão registrados os preços dos seguintes medicamentos, em suas respectivas qualidades e quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD. MÍNIMA	QTD. MÁXIMA
1	Acetato de desmopressina 0,2 MG	268572	Comprimido	360	720
2	Ácido Acetilsalicílico 81mg	285055	Comprimido	720	1440
3	Ácido Tióctico 600mg	394865	Comprimido	3240	6480
4	Ácido Ursodesoxicólico 150mg	269460	Comprimido	3960	7920
5	Ácido Ursodexicólico 300mg	309040	Comprimido	1080	2160
6	Alogliptina, Benzoato/ Cloridrato Pioglitazona 25/15mg	445952	Comprimido	120	240
7	Alogliptina, Benzoato/ Cloridrato Pioglitazona 25/30mg	445954	Comprimido	120	240
8	Alogliptina, 25mg	436169	Comprimido	120	240
9	Amantadina 100mg (C1)	268079	Comprimido	2520	5040
10	Amissulprida 50mg (C1)	396081	Comprimido	720	1440
11	Amissulprida 200mg (C1)	401321	Comprimido	720	1440
12	Amitriptilina, Cloridrato 12,5		Comprimido	360	720



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

	mg/ Clordiazepóxido 5mg (C1)				
13	Anlodipino 2,5mg + Benazepril 10mg	394916	Comprimido	360	720
14	Apixabana 5mg	429846	Comprimido	720	1440
15	Benfotiamina 150mg	410989	Comprimido	720	1440
16	Bimatoprost 0,1mg/ml – colírio (Frasco 5ml)	405997	Frasco	96	192
17	Brinzolamida + Timolol – (frasco 5ml)	395807	Frasco	12	24
18	Brinzolamida 1% - colírio (frasco 5ml)	353418	Frasco	36	72
19	Calcipotriol 50 mcg/g+ betametasona 0,5 mg/g (frasco 30g)	434562	Frasco	18	36
20	Cianocobalamina 5000mcg + Piridoxina 100mg + Tiamina 100mg	270813	Comprimido	2160	4320
21	Clobazam 10mg (B1)	272901	Comprimido	3240	6480
22	Clobazam 20mg (B1)	272902	Comprimido	2160	4320
23	Clonazepam 0,25mg (B1)	344014	Comprimido	360	720
24	Dabigatran 110mg	370117	Comprimido	8640	17280
25	Dabigatran 150mg	402259	Comprimido	3240	6480
26	Dapagliflozina 10mg	432908	Comprimido	1440	2880
27	Dapagliflozina/Cloridrato de Metformina 10mg/1000mg	437837	Comprimido	360	720
28	Deflazacorte 30mg	273150	Comprimido	360	720
29	Dexlansoprazol 60mg	450073	Comprimido	360	720
30	Dextrano 70 1mg+ Hipromelose 3mg – colírio mg/mL (0,1%) + 3 mg/mL (0,3%) (frasco 15ml)	312390	Frasco	24	48
31	Diosmina + Hesperidina 900mg/100mg	428425	Comprimido	360	720
32	Divalproato de Sódio 250mg (C1) comprimido – ER liberação prolongada- ER	433279	Comprimido	2160	4320
33	Doxazosina 2mg; Finasterida 5mg		Comprimido	360	720
34	Dutasterida + Tansulosina 0,5+0,4	428705	Comprimido	1800	3600
35	Eltrombopag Olamina 50mg	410020	Comprimido	1080	2160
36	Empagliflozina 10mg	437078	Comprimido	360	720
37	Empagliflozina 25mg	434874	Comprimido	6120	12240
38	Enalapril+Anlodipino 5mg+20mg	270879	Comprimido	360	720
39	Fenofibrato 250mg	342501	Comprimido	360	720
40	Ferro Aminoacido Quelato 500mg		Comprimido	1440	2880
41	Formoterol+beclometaso na 100 mcg + 6 mcg/dose PO INAL CT DISP INAL DPI (120 doses)	407441	Caixa	12	24
42	Fosfato de cálcio tribásico + colecalciferol 600 mg + 400 UI	448883	Comprimido	720	1440
43	Glicosamina 500 + Condroitina 400	274227	Comprimido	2160	4320
44	Cloridrato de Hidralazina 25mg	268111	Comprimido	1080	2160
45	Brometo de Ipratrópio + Bromidrato de Fenoterol 0,2mg/50mcl (frasco 10ml)	428076	Frasco	12	24
46	Lacosamida 100mg (C1)	434406	Comprimido	2880	5760



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

47	Lacosamida 150mg (C1)	437994	Comprimido	360	720
48	Levetiracetam 100mg/ml (C1) (frasco 150ml)	352933	Frasco	24	48
49	Levodopa + benserazida 100/25 BD	398689	Comprimido	3600	7200
50	Levodopa + benserazida 100/25 - DISPERSÍVEL	270128	Comprimido	360	720
51	Levodopa + benserazida 200/50	270126	Comprimido	8460	16920
52	Levomepromazina 25mg (C1)	268128	Comprimido	3240	6480
53	Levomepromazina 100mg	268129	Comprimido	360	720
54	Levotiroxina Sódica 62,5 mcg	438280	Comprimido	360	720
55	Lisado Bacteriano 3,5mg	400470	Comprimido	360	720
56	Nifedipino 30mg	274150	Comprimido	360	720
57	Oxibutinina 5mg	272327	Comprimido	120	240
58	Periciazina 1% - solução oral 1% (C1) (frasco 20ml)	300988	Frasco	36	72
59	Periciazina 4% - solução oral 4% (C1) (frasco 20ml)	300989	Frasco	12	24
60	Pirfenidona 267mg	434252	Comprimido	6480	12960
61	Propafenona, cloridrato de 150 mg	384894	Comprimido	360	720
62	Ramipril/Besilato de Anlodipino 5 MG + 5 MG	276264	Comprimido	360	720
63	Rasagilina 1mg (C1)		Comprimido	360	720
64	Rivaroxabana 2,5mg		Comprimido	360	720
65	Rivaroxabana 15mg	412092	Comprimido	720	1440
66	Rivaroxabana 20mg	412091	Comprimido	6480	12960
67	Roflumilaste 500mcg	403990	Comprimido	360	720
68	Salmeterol + fluticasona 25/125mcg (120 doses)	332788	Caixa	36	720
69	Salmeterol + fluticasona 50/250 - (60 doses)	296792	Caixa	132	264
70	Salmeterol + Fluticasona 50/500 - (60 doses)	436777	Caixa	12	24
71	Sitagliptina 100mg	331389	Comprimido	2160	4320
72	Sitagliptina 50mg + Metformina 500mg	381063	Comprimido	360	720
73	Sitagliptina 50mg + Metformina 1000mg	410294	Comprimido	360	720
74	Sulpirida 50mg (C1)	282299	Comprimido	360	720
75	Teofilina 200mg	267416	Comprimido	1080	2160
76	Tiamazol 5mg	273700	Comprimido	360	720
77	Ticagrelor 90mg	400852	Comprimido	2160	4320
78	Trazodona 150mg (C1)	362260	Comprimido	360	720
79	Valproato de Sódio - Ácido valproico 300-CR	407033	Comprimido	2160	4320
80	Valproato de Sódio - Ácido valproico 500-CR	400436	Comprimido	1800	3600
81	Valsartana + HCTZ+ Anlodipino 160+12,5+5mg	396557	Comprimido	360	720
82	Valsartana +Sacubitril 24+26mg	445431	Comprimido	1440	2880
83	Valsartana +Sacubitril 49+51mg	445430	Comprimido	360	720
84	Valsartana +Sacubitril 97+103mg	445432	Comprimido	9000	18000
85	Vilanterol + Fluticasona 100 MCG + 25 MCG PÓ INAL OR CT STR X 30 DOSES + BAND (30 doses)	448564	Caixa	12	24
86	Vildagliptina 50 mg +	397598	Comprimido	4320	8640



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

	Metformina 850mg				
87	Vildagliptina 50 mg + Metformina 1000mg	397600	Comprimido	3240	6480
88	Vildagliptina 50mg	362802	Comprimido	4320	8640
89	Vimocetina 5mg	369106	Comprimido	360	720
90	Insulina Lispro 10ml	276233	Frasco	156	312
91	Rituximabe 10mg/ml – frasco 50ml		Frasco	8	16
92	Aspirina Prevent 100mg		Comprimido	360	720
93	Brosimum Gaudichaudii Trecul – pomada pom (bisnaga 30g)		Bisnaga	36	72
94	Filtro Solar FPS 60 creme (bisnaga 60g)	405890	Bisnaga	60	120
95	Gel hidratante absorvente, estéril À base de Ácidos Graxos Vitaminas A e E (Bisnaga 85g)		Bisnaga	96	192
96	Módulo de triglicérides de cadeia média para nutrição enteral ou oral, 2%, (Frasco 250ml)		Frasco	24	48
97	Paroxetina XR 25mg	296302	Comprimido	360	720
98	Liraglutida + Insulina Degludeca 100U/ML + 3,6MG/ML (frasco 3ml)		Frasco	144	288
99	Insulina Aspart 100U/ML (3ML caixa com 5 unidades - PENFILL)	276234	Caixa	144	288
100	Insulina Glargina 3ml	438153	Frasco	708	1416
101	Insulina Glargina 10ml	273836	Frasco	216	432
102	Insulina Lispro 3ml 100UI/ML caixa com 2 CARP (3ml)		Caixa	192	384
103	Insulina Degludeca 100UI/ML (3ml caixa com 5 PENFILL)	432782	Caixa	36	72
104	Insulina Detemir (3ml – caixa com 5 PENFILL)	337473	Caixa	24	48
105	Insulina glargina + lixisenatida 100U/ML + 0,033MG/ML (3ml)		Frasco	24	48
106	Insulina Aspart 100UI/ml – (10ml)		Frasco	24	48



1.2.2 – As quantidades máxima e mínima ora dispostas são mera estimativa, elaboradas com intuito de orientar a empresa na apresentação de sua proposta, não obrigando a Administração a adquirir a quantidade integral dos bens.

2 – DURAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS DERIVADOS, PRAZO, FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO, DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1 – DURAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS DERIVADOS

2.1.1 – O termo inicial da vigência da ata de registro de preços é a data de assinatura desta.

2.1.2 – A ata de registro de preços terá duração de 12 meses.

2.1.3 – O termo inicial do contrato derivado da ata de registro de preços é a data de assinatura deste.

2.1.4 – O termo final do contrato derivado da ata de registro de preços é a data do cumprimento integral das obrigações das partes.

2.1.4.1 – As obrigações da CONTRATADA consideram-se integralmente cumpridas quando recebido definitivamente os objetos requisitados e decorrido os prazos de garantia legal e contratual.

2.1.4.2 – As obrigações do CONTRATANTE consideram-se integralmente cumpridas quando concluído o pagamento pelos objetos.

2.1.5 – O prazo de duração do contrato não poderá ser prorrogado.

2.2 – PRAZO, FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.2.1 – A Administração emitirá por escrito ordem de fornecimento, com a quantidade e identificação dos bens que serão fornecidos, o local de fornecimento, o prazo máximo para a entrega, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.

2.2.2 – Os insumos a serem adquiridos serão fornecidos em remessa parcelada, conforme ordens de fornecimento, em prazo máximo de em prazo máximo de 07 dias úteis após o recebimento da ordem de fornecimento, que será encaminhada via e-mail pela Direção de Serviços Farmacêuticos, no seguinte endereço: Farmácia Municipal de Bom Jardim, instalada no Centro de Saúde Djalma Neves, situado à Av. Venâncio Pereira Veloso, 78 Centro - Bom Jardim - RJ, de segunda à terça-feira, das 8:30 às 11:30 e das 11:30 às 16:30 horas e as quarta, quinta e sexta-feira somente de 8:00 as 11:30 aos cuidados da Diretora de Serviços Farmacêuticos.

2.2.3 – O prazo para conclusão do fornecimento dos insumos requisitados poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

2.2.4 – O prazo para fornecimento dos medicamentos requisitados poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante comprovação e autorização expressa da fiscalização do contrato.

2.2.5 – Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no instrumento convocatório, em seus anexos ou na proposta,



devendo ser substituídos no prazo máximo de 02 dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.2.6 – Os medicamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou ateste das notas fiscais.

2.2.7 – Caso a verificação de conformidade não seja procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

2.2.8 – O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 – A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:

3.1.1 – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante e prazo de validade;

3.1.2 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

3.1.3 – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, o objeto diferente da descrição deste Termo de Referência;

3.1.4 – Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.5 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.1.6 – Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

3.1.7 – Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;

3.1.8 – Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;

3.1.9 – Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e entrega dos objetos;

3.1.10 – O prazo de validade dos insumos no momento da entrega dever ser no mínimo de 75% de sua validade, contados da data de fabricação. O Cálculo a ser considerado será: % Validade = $A/B * 100$; onde: A = Cálculo da quantidade de dias obtido pela diferença entre a data de entrega dos insumos na farmácia municipal e a data de vencimento do medicamento. B = Cálculo da quantidade de dias obtido pela diferença entre a data de fabricação do insumo e sua data de vencimento.



3.1.11 – Todos os insumos, nacionais ou importados, devem ter constado nos rótulos e nas bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor;

3.1.12 – As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto ou importação, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica ou importadora está instalada;

3.1.13 – Na eventualidade de se verificarem desacordo na entrega dos produtos com o empenho a empresa deverá corrigir no prazo de até 72 horas;

3.1.14 – Fornecer integralmente os objetos no prazo, forma e local determinados no instrumento convocatório e seus anexos;

3.1.15 – Apresentar documentos, relatórios ou demais informações necessárias á execução do contrato.

4 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 – A Administração está sujeita às seguintes obrigações:

4.1.1 – Emitir a ordem de início e receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;

4.1.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.1.3 – Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.4 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;

4.1.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos.

4.2 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRA-TADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar do certame as pessoas jurídicas que preencham os requisitos de habilitação, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira constantes no instrumento convocatório.

5.2 – Não poderão participar do certame as empresas suspensas pela Administração Direta ou Indireta do Município de Bom Jardim, bem como aquelas declaradas inidôneas por qualquer ente federativo.

5.3 – Não poderão participar do certame, direta ou indiretamente:



5.3.1 – O autor do termo de referência.

5.3.2 – A empresa, isoladamente ou em consórcio, da qual o autor do termo de referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

5.3.3 – Servidor ou dirigente do Setor Requisitante, incluindo os membros da comissão permanente de licitação ou o pregoeiro e sua equipe de apoio.

5.4 – Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do termo de referência, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelo fornecimento, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

5.5 – Poderão participar no certame as empresas reunidas em consórcio, observadas as seguintes regras:

5.5.1 – A apresentação de comprovação do compromisso, público ou particular, da constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, explicitando:

- a) a composição e o percentual de participação de cada empresa integrante;
- b) o objetivo da consorciação;
- c) o prazo de duração do consórcio não inferior ao da duração da Ata de Registro de Preços;
- d) a indicação da empresa líder do consórcio e de poderes expressos para a empresa líder se relacionar com a administração, receber citação e responder administrativa e/ou judicialmente pelas demais consorciadas, bem como para representar o consórcio em todas as fases da presente licitação, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, receber e dar quitação, firmar contratos e praticar todos os atos necessários visando à perfeita execução do objeto do contrato;
- e) a declaração de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados sob consórcio em relação à presente licitação, e ao eventual contrato dela decorrente;
- f) as obrigações das consorciadas, dentre as quais o de que cada consorciada responderá isolada e solidariamente por todas as exigências pertinentes ao objeto da presente licitação, até a extinção do contrato dela decorrente;
- g) que o consórcio não terá sua constituição ou composição alterada sem a prévia e expressa anuência da contratante;
- h) a designação do representante legal do consórcio.

5.5.2 – Os documentos da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômica deverão ser apresentados individualmente por cada consorciado, admitindo-se para efeitos de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira o somatório dos quantitativos e dos valores de cada consorciado.

5.5.3 – Caso o consórcio seja o vencedor do certame, fica obrigado a promover, antes da assinatura do contrato, a constituição e o registro do consórcio na Junta Comercial de sua sede.

5.5.4 – Estarão impedidas de participar as empresas consorciadas através de mais de um consórcio ou as empresas consorciadas participar isoladamente.



6 – DO PREÇO UNITÁRIO E DOS VALORES TOTAIS MÁXIMOS ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO

6.1 – O preço estimado pela administração para aquisição dos itens é de **R\$ 3.974.027,67 (três milhões e novecentos e setenta e quatro mil e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos)**.

6.1.1 – Detalhamento do custo unitário estimado:

ITEM-DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
001-ACETATO DE DESMOPRESSINA 0,2 MG	COMP	720	R\$ 6,760	R\$ 4.867,200
002-ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 81MG	COMP	1440	R\$ 0,454	R\$ 653,760
003-ÁCIDO TIÓCTICO 600MG 600MG	COMP	6480	R\$ 5,635	R\$ 36.514,800
004-ÁCIDO URSODESOXICOLICO 150MG 150MG	COMP	7920	R\$ 4,073	R\$ 32.258,160
005-ÁCIDO URSODEXICÓLICO 300MG	COMP	2160	R\$ 8,062	R\$ 17.413,920
006-ALOGLIPTINA, BENZOATO/ CLORIDRATO PIOGLITAZONA 25/15MG	COMP	240	R\$ 5,598	R\$ 1.343,520
007-ALOGLIPTINA, BENZOATO/ CLORIDRATO PIOGLITAZONA 25/30MG	COMP	240	R\$ 5,660	R\$ 1.358,400
008-ALOGLIPTINA 25MG	COMP	240	R\$ 3,842	R\$ 922,080
009-AMANTADINA 100MG (C1)	COMP	5040	R\$ 1,004	R\$ 5.060,160
010-AMISSULPRIDA 50MG (C1)	COMP	1440	R\$ 5,966	R\$ 8.591,040
011-AMISSULPRIDA 200MG (C1)	COMP	1440	R\$ 10,314	R\$ 14.852,160
012-AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 12,5MG /CLORDIAZEPÓXIDO 5MG (C1)	COMP	720	R\$ 0,588	R\$ 423,360
013-ANLODIPINO 2,5MG + BENAZEPRIL 10MG -	COMP	720	R\$ 2,173	R\$ 1.564,560
014-APIXABANA 5MG	COMP	1440	R\$ 5,446	R\$ 7.842,240
015-BENFOTIAMINA 150MG	COMP	1440	R\$ 2,514	R\$ 3.620,160
016-BIMATOPROSTA 0,1MG/ML COLÍRIO (FRASCO 5ML)	FR	192	R\$ 232,598	R\$ 44.658,816
017-BRINZOLAMIDA + TIMOLOL (FRASCO 5ML)	FR	24	R\$ 79,670	R\$ 1.912,080
018-BRINZOLAMIDA 1% - COLÍRIO (FRASCO 5ML)	FR	72	R\$ 79,020	R\$ 5.689,440



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

019-CALCIPOTRIOL 50 MCG/G+BETAMETASONA 0,5 MG/G (FRASCO 30G)	FR	36	R\$ 114,640	R\$ 4.127,040
020-CIANOCOBALAMINA 5000MCG + PIRIDOXINA 100MG + TIAMINA 100MG	COMP	4320	R\$ 2,894	R\$ 12.502,080
021-CLOBAZAM 10MG (B1)	COMP	6480	R\$ 0,848	R\$ 5.495,040
022-CLOBAZAM 20MG (B1)	COMP	4320	R\$ 1,643	R\$ 7.097,760
023-CLONAZEPAM 0,25MG (B1)	COMP	720	R\$ 0,265	R\$ 190,800
024-DABIGATRANA 110MG	COMP	17280	R\$ 5,624	R\$ 97.182,720
025-DABIGATRANA 150MG	COMP	6480	R\$ 5,636	R\$ 36.521,280
026-DAPAGLIFLOZINA 10MG	COMP	2880	R\$ 6,275	R\$ 18.072,000
027- DAPAGLIFLOZINA/CLORIDRATO DE METFORMINA 10MG/1000MG	COMP	720	R\$ 7,204	R\$ 5.186,880
028-DEFLAZACORTE 30MG	COMP	720	R\$ 11,056	R\$ 7.960,320
029-DEXLANSOPRAZOL 60MG	COMP	720	R\$ 3,318	R\$ 2.388,960
030-DEXTRANO 70 1MG + HIPROMELOSE 3MG COLÍRIO MG/ML (0,1%) + 3 MG/ML (0,3%) (FRASCO 15ML)	FR	48	R\$ 26,263	R\$ 1.260,624
031-DIOSMINA + HESPERIDINA 900MG/100MG	COMP	720	R\$ 4,533	R\$ 3.263,760
032-DIVALPROATO DE SÓDIO 250MG (C1) COMPRIMIDO - ER LIBERAÇÃO PROLONGADA - ER	COMP	4320	R\$ 1,613	R\$ 6.968,160
033-DOXAZOSINA 2MG; FINASTERIDA 5MG -	COMP	720	R\$ 2,597	R\$ 1.869,840
034-DUTASTERIDA + TANSULOSINA 0,5+0,4	COMP	3600	R\$ 4,257	R\$ 15.325,200
035-ELTROMBOPAG OLAMINA 50MG	COMP	2160	R\$ 378,714	R\$ 818.022,240
036-EMPAGLIFLOZINA 10MG	COMP	720	R\$ 8,720	R\$ 6.278,400
037-EMPAGLIFLOZINA 25MG	COMP	12240	R\$ 8,357	R\$ 102.289,680
038-ENALAPRIL + ANLÓDIPINO 5MG+20MG	COMP	720	R\$ 4,123	R\$ 2.968,560
039-FENOFIBRATO 250MG	COMP	720	R\$ 3,402	R\$ 2.449,440
040-FERRO AMINOACIDO QUELATO 500MG	COMP	2880	R\$ 2,570	R\$ 7.401,600



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

041-FORMOTEROL+BECLOMETASO NA 100 MCG + 6 MCG/DOSE PO INAL CT DISP INAL DPI (120 DOSES)	CX	24	R\$ 171,357	R\$ 4.112,568
042-FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO + COLECALCIFEROL 600 MG + 400 UI	COMP	1440	R\$ 1,886	R\$ 2.715,840
043-GLICOSAMINA 500 + CONDROITINA 400 -	COMP	4320	R\$ 2,656	R\$ 11.473,920
044-CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 25MG	COMP	2160	R\$ 0,422	R\$ 911,520
045-BROMETO DE IPATRÓPIO + BROMIDRATO DE FENOTEROL 0,2MG/50MCL (FRASCO 10ML)	FR	24	R\$ 16,835	R\$ 404,040
046-LACOSAMIDA 100MG (C1)	COMP	5760	R\$ 9,283	R\$ 53.470,080
047-LACOSAMIDA 150MG (C1)	COMP	720	R\$ 15,105	R\$ 10.875,600
048-LEVETIRACETAM 100MG/ML (C1) (FRASCO 150ML)	FR	48	R\$ 129,773	R\$ 6.229,104
049-LEVODOPA + BENSERAZIDA 100/25 BD	COMP	7200	R\$ 1,477	R\$ 10.634,400
050-LEVODOPA + BENSERAZIDA 100/25 – DISPERSÍVEL	COMP	720	R\$ 2,028	R\$ 1.460,160
051-LEVODOPA + BENSERAZIDA 200/50	COMP	16920	R\$ 2,896	R\$ 49.000,320
052-LEVOMEPROMAZINA 25MG (C1)	COMP	6480	R\$ 0,526	R\$ 3.408,480
053-LEVOMEPROMAZINA 100MG	COMP	720	R\$ 1,101	R\$ 792,720
054-LEVOTIROXINA SÓDICA 62,5 MCG	COMP	720	R\$ 0,528	R\$ 380,160
055-LISADO BACTERIANO 3,5MG	COMP	720	R\$ 4,793	R\$ 3.450,960
056-NIFEDIPINO 30 MG	COMP	720	R\$ 6,373	R\$ 4.588,560
057-OXIBUTININA 5MG	COMP	240	R\$ 1,173	R\$ 281,520
058-PERICIAZINA 1% - SOLUÇÃO ORAL 1% (C1) (FRASCO 20ML)	FR	72	R\$ 11,503	R\$ 828,216
059-PERICIAZINA 4% - SOLUÇÃO ORAL 4% (C1) (FRASCO 20ML)	FR	24	R\$ 22,067	R\$ 529,608
060-PIRFENIDONA 267MG	COMP	12960	R\$ 81,053	R\$ 1.050.446,880
061-PROPAFENONA, CLORIDRATO DE 150 MG	COMP	720	R\$ 1,013	R\$ 729,360
062-RAMIPRIL/BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG + 5 MG	COMP	720	R\$ 2,236	R\$ 1.609,920
063-RASAGILINA 1MG (C1)	COMP	720	R\$ 7,398	R\$ 5.326,560



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

064-RIVAROXABANA 2,5MG	COMP	720	R\$ 5,697	R\$ 4.101,840
065-RIVAROXABANA 15MG	COMP	1440	R\$ 10,889	R\$ 15.680,160
066-RIVAROXABANA 20MG	COMP	12960	R\$ 10,848	R\$ 140.590,080
067-ROFLUMILASTE 500MCG	COMP	720	R\$ 8,950	R\$ 6.444,000
068-SALMETEROL + FLUTICASONA 25/125MCG (120 DOSES)	CX	720	R\$ 138,647	R\$ 99.825,840
069-SALMETEROL + FLUTICASONA 50/250 – (60 DOSES)	CX	264	R\$ 136,017	R\$ 35.908,488
070-SALMETEROL + FLUTICASONA 50/500 – (60 DOSES)	CX	24	R\$ 223,089	R\$ 5.354,136
071-SITAGLIPTINA 100MG	COMP	4320	R\$ 9,656	R\$ 41.713,920
072-SITAGLIPTINA 50MG + METFORMINA 500MG -	COMP	720	R\$ 4,958	R\$ 3.569,760
073-SITAGLIPTINA 50MG + METFORMINA 1000MG -	COMP	720	R\$ 4,688	R\$ 3.375,360
074-SULPIRIDA 50MG (C1)	COMP	720	R\$ 0,885	R\$ 637,200
075-TEOFILINA 200MG	COMP	2160	R\$ 1,133	R\$ 2.447,280
076-TIAMAZOL 5MG	COMP	720	R\$ 0,336	R\$ 241,920
077-TICAGRELOR 90MG	COMP	4320	R\$ 6,307	R\$ 27.246,240
078-TRAZODONA 150MG (C1)	COMP	720	R\$ 5,258	R\$ 3.785,760
079-VALPROATO DE SÓDIO - ÁCIDO VALPROICO 300-CR -	COMP	4320	R\$ 1,230	R\$ 5.313,600
080-VALPROATO DE SÓDIO - ÁCIDO VALPROICO 500-CR -	COMP	3600	R\$ 1,748	R\$ 6.292,800
081-VALSARTANA + HCTZ + ANLODIPINO 160+12,5+5MG	COMP	720	R\$ 5,286	R\$ 3.805,920
082-VALSARTANA + SACUBITRIL 24+26MG	COMP	2880	R\$ 5,501	R\$ 15.842,880
083-VALSARTANA + SACUBITRIL 49+51MG	COMP	720	R\$ 5,680	R\$ 4.089,600
084-VALSARTANA + SACUBITRIL 97+103MG	COMP	18000	R\$ 5,597	R\$ 100.746,000
085-VILANTEROL + FLUTICASONA 100 MCG + 25 MCG PÓ INAL OR CT STR X 30DOSES + BAND (30 DOSES)	CX	24	R\$ 158,670	R\$ 3.808,080
086-VILDAGLIPTINA 50 MG + METFORMINA 850MG -	COMP	8640	R\$ 3,748	R\$ 32.382,720
087-VILDAGLIPTINA 50 MG + METFORMINA 1000MG -	COMP	6480	R\$ 3,628	R\$ 23.509,440



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

088-VILDAGLIPTINA 50MG	COMP	8640	R\$ 2,180	R\$ 18.835,200
089-VIMPOCETINA 5MG	COMP	720	R\$ 0,972	R\$ 699,840
090-INSULINA LISPRO 10ML	FR	312	R\$ 127,485	R\$ 39.775,320
091-RITUXIMABE 10MG/ML – FRASCO 50ML	FR	16	R\$ 7.261,163	R\$ 116.178,608
092-ASPIRINA PREVENT 100MG	COMP	720	R\$ 0,697	R\$ 501,840
093-BROSIMUM GAUDICHAUDII TRECUL – POMADA POM (BISNAGA 30G)	BISN	72	R\$ 148,297	R\$ 10.677,384
094-FILTRO SOLAR FPS 60 CREME (BISNAGA 60G)	BISN	120	R\$ 129,957	R\$ 15.594,840
095-GEL HIDRATANTE ABSORVENTE , ESTÉRIL À BASE DE ÁCIDOS GRAXOS VITAMINAS A E E (BISNAGA 85G)	BISN	192	R\$ 135,407	R\$ 25.998,144
096-MÓDULO DE TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, 2%, (FRASCO 250ML)	FR	48	R\$ 140,480	R\$ 6.743,040
097-PAROXETINA XR 25MG	COMP	720	R\$ 7,530	R\$ 5.421,600
098-LIRAGLUTIDA + INSULINA DEGLUDECA 100U/ML + 3,6MG/ML (FRASCO 3ML)	FR	288	R\$ 264,993	R\$ 76.317,984
099-INSULINA ASPART 100U/ML (3ML CAIXA COM 5 UNIDADES - PENFILL)	CX	288	R\$ 269,830	R\$ 77.711,040
100-INSULINA GLARGINA 3ML	FR	1416	R\$ 102,173	R\$ 144.676,968
101-INSULINA GLARGINA 10ML	FR	432	R\$ 278,571	R\$ 120.342,672
102-INSULINA LISPRO 3ML 100UI/ML CAIXA COM 2 CARP (3ML)	CX	384	R\$ 106,375	R\$ 40.848,000
103-INSULINA DEGLUDECA 100UI/ML (3ML CAIXA COM 5 PENFILL)	CX	72	R\$ 912,815	R\$ 65.722,680
104-INSULINA DETEMIR (3ML – CAIXA COM 5 PENFILL)	CX	48	R\$ 555,573	R\$ 26.667,504
105-INSULINA GLARGINA + LIXISENATIDA 100U/ML + 0,033MG/ML (3ML)	FR	48	R\$ 199,913	R\$ 9.595,824
106-INSULINA ASPART 100UI/ML – (10ML)	FR	48	R\$ 145,363	R\$ 6.977,424



6.2 – O valor estimado constitui mera estimativa, não se obrigando o Município de Bom Jardim a utilizá-lo integralmente.

7 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – O registro de preços será formalizado por intermédio da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ANEXO III do Edital, nas condições previstas neste edital.

8 – CRITÉRIO DE REAJUSTE E REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na ata de registro de preços.

8.2 – Os preços estabelecidos poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

8.3 – Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará a adjudicatária para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

8.4 – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

8.5 – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.6 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar a adjudicatária do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade quando confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

8.7 – Os licitantes remanescentes serão convocados para fornecer o produto pelo preço registrado, observada a classificação original.

8.8 – Não será aplicada penalidade ao licitante convocado na forma deste item que não aceitar a proposta da Administração.

8.9 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9 – DO CREDENCIAMENTO

9.1 – A licitante far-se-á apresentar para credenciamento perante a Pregoeira por um representante, devidamente munido de documento, original de Carteira de Identidade ou equivalente, que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes exibir o Contrato Social da Empresa (autenticado ou original).

9.2 - O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular **com poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.** (Carta de Credenciamento – Anexo V).



Sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar somente cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, ficando neste caso, dispensado da Carta de Credenciamento.

9.3 – A empresa deverá apresentar juntamente com os documentos acima citados a declaração de Fatos Impeditivos (modelo no anexo IV), Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação (modelo no anexo VIII), Declaração de Não Parentesco (conforme o anexo X) e Declaração de Idoneidade (conforme o anexo IX), todos fora do envelope.

9.4 – As Sociedades Anônimas deverão apresentar cópia da ata da assembléia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, que deverá evidenciar o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.

9.5 – As empresas que participarem da presente licitação, **será permitido apenas (01) um representante legal que será o único admitido a intervir em nome da mesma.**

9.6 – É vedado a um mesmo procurador, representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento das licitantes envolvidas no procedimento licitatório.

9.7 – A ausência do credenciamento implicará na impossibilidade de formulação de lances após a classificação preliminar, bem como a perda do direito de manifestar intenção de recorrer das decisões da Pregoeira, ficando o representante da licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

10 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 – **As Propostas de Preços serão aceitas em formulário fornecido pelo licitado, ANEXO II do Edital** e deverá ser apresentada em 01 (uma) via, datilografada ou manuscrita, com carimbo do CNPJ da firma licitante (em todas as folhas) e rubricadas (em todas as folhas), datada e assinada pelo representante legal da licitante e ainda, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas e deverá estar dentro de envelope indevassável e lacrado no fecho.

10.1.1 – Na hipótese da Licitante apresentar formulário próprio, este deverá ser idêntico ao fornecido pelo Licitado, ser feito com o timbre da Empresa, em 01 (uma) via, datilografada ou manuscrita, com carimbo do CNPJ da firma licitante (em todas as folhas) e rubricadas (em todas as folhas), datada e assinada pelo representante legal da licitante e ainda, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas e deverá estar dentro de envelope indevassável e lacrado no fecho, sendo certo que qualquer divergência entre o formulário próprio e o Edital/ Termo referência/Formulário fornecido pelo licitado, **PREVALECERÁ** todas as informações contida no edital e anexos, contendo na sua parte externa o título.

10.1.2 – Quando da abertura do envelope proposta de preços for verificado que a Empresa assinou apenas a última folha, deixando de rubricar as demais, poderá ser sanado durante a sessão o erro material pelo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa ou pelo Representante Legal da Empresa, desde que todas as folhas estejam carimbadas e datadas, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, sendo certo que deverá constar no Credenciamento ou no instrumento público de procuração ou instrumento particular poderes para realizar o referido ato.

10.1.3 – A licitante deverá apresentar a proposta também em meio digital (CD, pendrive ou e-mail), conforme modelo fornecido pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim – RJ no portal www.bomjardim.rj.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM.
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE
PREÇOS Nº 008/21
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

10.2 – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

10.2.1 – O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos seguintes campos:

10.2.1.1 – Valor unitário e total do item ou percentual de desconto.

10.2.1.2 – Fabricante.

10.2.1.3 – Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação da Proposta de Preços, Anexo II do Edital.

10.2.2 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

10.2.3 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.2.4 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.2.5 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias úteis, a contar da data de sua apresentação.

10.2.6 – Não serão aceitas as propostas globais cujo valor unitário ultrapasse o custo estimado pela Administração.

10.2.7 – Os preços unitários máximos aceitáveis são os preços unitários estimados na planilha orçamentária.

10.2.8 – Não serão aceitas as propostas manifestamente inexequíveis.

10.2.9 – Considera-se inexequível a proposta que apresente preços irrisórios e incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

10.2.10 – Presume-se relativamente inexequível a proposta com valor inferior a 70% do custo estimado pela Administração ou com valor inferior a 70% da média aritmética das propostas aptas apresentadas na data de abertura dos envelopes, o que for menor, conforme art. 48, §1º da L8666/93.

10.2.10.1 – Para fins do item anterior, considera-se proposta apta aquela que atender ao item 11.2.7 e for superior a 50% do custo estimado pela Administração.

10.2.11 – A pregoeira ou a Presidente da comissão de licitação dará o prazo de 02 dias úteis para a licitante provar que sua proposta é exequível, nos casos de inexequibilidade presumida.

10.2.11.1 – A pregoeira ou a comissão de licitação apreciarão a prova de exequibilidade em 02 (dois) dias úteis.



10.2.11.2 – Da decisão da pregoeira ou comissão de licitação que considerar inexequível a proposta apresentada caberá recurso, na forma prevista no edital convocatório.

10.2.12 – Os licitantes cujas propostas tenham valor global inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se refere o item 11.2.10 será exigida, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56 da L8.666/93, igual a diferença entre o valor resultante do item 11.2.10 e o valor da correspondente proposta.

10.3 – Na apresentação da proposta deverão ser observados os seguintes requisitos:

10.4 – Atender a todos os itens e condições constantes deste Edital e seus anexos, contendo especificações de forma clara e detalhada do objeto a ser fornecido em conformidade com o Anexo I deste Edital.

10.5 – Será considerada vencedora a licitante que oferecer a proposta de menor preço por lote, sob pena de desclassificação.

10.6 – Os preços deverão ser expressos em moeda corrente no país, todos em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais para os centavos, pelo qual a licitante se propõe a fornecer o objeto.

10.7 – Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a Proposta apresentada, seja quanto ao preço, forma de pagamento, prazos ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

10.8 – Serão admitidas no conjunto das propostas quaisquer informações complementares que visem esclarecer eventuais omissões e dúvidas pertinentes ao objeto do certame, ou à situação do proponente, cujo conteúdo será dirimido pelo Pregoeiro, podendo considerá-las ou não, conforme a importância.

10.9 – Serão desclassificadas as Propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital.

10.10 – Para efeito de julgamento da presente Licitação, a Comissão de Licitação se orientará pelos seguintes critérios:

10.11 – Não serão consideradas as propostas que não atenderem todos os critérios e as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.12 – Será considerada vencedora a licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**;

10.12.1 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital, que apresentarem preços manifestamente inexequíveis e *preço por lote superior ao estimado pela administração*.

11 – HABILITAÇÃO

11.1 – O envelope contendo a documentação de **HABILITAÇÃO** deverá ser indevassável, lacrado e rubricado no fecho, contendo a sua parte externa o Título.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
ENVELOPE 002 – HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº ___/21
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)



11.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.2.1 – Para a sociedade comercial, a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em versão consolidada ou com sua última alteração, com a inscrição no registro público de empresas mercantis na junta comercial da respectiva sede, junto a documento comprobatório de seus administradores;

11.2.2 – Para as empresas individuais, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da junta comercial da respectiva sede;

11.2.3 – Para as sociedades estrangeiras, a apresentação do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

11.2.4 – Para as sociedades simples, a inscrição ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.2.5 – Para as sucursais, filiais ou agências, a inscrição no registro público de empresas mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;

11.2.6 – Para o microempreendedor individual, em substituição à inscrição no registro público de empresas mercantis na junta comercial da respectiva sede, poderá ser apresentado o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI);

11.2.7 – Para Cooperativa Equiparada deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Os estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

11.2.8 – Para as fundações, junto ao ato constitutivo deverá ser apresentada a Certidão de Regularidade expedida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, Promotoria de Justiça das Fundações, conforme determina a Resolução Complementar nº 15/2005.

11.2.9 – Para a pessoa física, a apresentação de cédula de identidade ou documento equivalente.

11.2.10 – Cédula de identidade dos sócios e ou diretores;

11.2.11 – Declaração de cumprir o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (conforme o Anexo VI).

11.3 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:

11.3.1 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.2 – Comprovante de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CNPJ;

11.3.3 – Certidão de Regularidade com a Previdência Social (INSS);

11.3.4 – Certidão de Regularidade com o FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal;

11.3.5 – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União;



11.3.6 – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais (ICMS);

11.3.6.1 – Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.

11.3.7 – Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da licitante.

11.3.8 – Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei 12.440/2011 – CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

11.3.9 – Microempresas e empresas de pequeno porte

11.3.9.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

11.3.9.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.3.9.3 – A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

11.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.4.1 – A apresentação da certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor do local do principal estabelecimento da pessoa jurídica, na forma do art. 3º da L. 11.101/05, não sendo causa de inabilitação da licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado ou homologado pelo juízo competente, quando da entrega da documentação de habilitação.

11.4.2 – A apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, aceitos, alternativamente: por publicação em diário oficial; por publicação em jornal; por cópia ou fotocópia na Junta Comercial da sede ou domicílio do proponente; por cópia ou fotocópia do livro Diário, desde que incluindo os Termos de Abertura e de Encerramento; por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 do Código Civil.

11.4.3 – A comprovação da boa situação financeira da empresa, constatada mediante obtenção do índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,0 (um inteiro e zero déci-mos), resultante da aplicação da fórmula $LG = (AC+RLP) / (PC+PNC)$, onde AC é ativo circulante, RLP é realizável em longo prazo, PC é passivo circulante e PNC é passivo não circulante, vedado arredondamento do cálculo.



11.4.3.1 – O índice deverá ser apresentando através de demonstração em papel timbrado contendo a assinatura do contador e representante da empresa.

11.4.4 – A licitante que apresentar resultado inferior a 1,0 (um inteiro e zero décimos) do índice de Liquidez Geral (LG) deverá comprovar, considerados os riscos para a Administração, o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado dos itens vencidos pelo licitante.

11.4.5 – Em caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

11.4.6 – Em caso de haver previsão legal ou previsão no contrato social, admite-se a apresentação de balanço patrimonial intermediário.

11.4.7 – O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/ 2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

11.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.5.1 – Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, em favor da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado por representante legal ou funcionário autorizado, discriminando o teor da contratação e os dados da contratada, que comprove que a licitante forneceu bens em prazo, características e quantidades compatíveis os descritos no instrumento convocatório e seus anexos.

11.5.2 – Apresentar licença de funcionamento conferido pelo órgão Sanitário Estadual ou Municipal dentro do prazo de validade, para venda e/ou distribuição de medicamentos.

11.5.3 – Apresentar autorização de funcionamento expedida pela ANVISA com publicação no D.O.U (Diário Oficial da União) para venda e/ou distribuição de medicamentos.

11.5.4 – Apresentar certificado de Regularidade conferido pelo Conselho Regional de Farmácia dentro do prazo de validade.

11.6 – DAS MICROEMPRESAS OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

11.6.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar fora de qualquer dos envelopes, além de todos os documentos previstos no item 11 deste edital:

11.6.2 – Em se tratando de ser a licitante, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Micro empreendedor Individual, para utilizar a prerrogativa estabelecida na Lei Complementar n.º 123/2006, deverá se qualificar como tal, entregando, fora do envelope, à Pregoeira, ainda na fase de credenciamento, Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte ou Micro Empreendedor Individual, e de que não se enquadra em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei (ANEXO VII).

11.7 – A microempresa, micro empreendedor individual e a empresa de pequeno porte, que atender aos requisitos exigidos pela LC 123/06, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 11.3 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.



11.7.1 – O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

11.7.2 – O prazo de que trata o item 11.7 poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.8 – A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 11.3.9.2 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12 – AUTENTICAÇÃO E ACEITAÇÃO DOS DOCUMENTOS

12.1 – A documentação exigida para a habilitação poderá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pela Pregoeira ou Equipe de Apoio. A Autenticidade do documento poderá ainda, ser verificada, pela Equipe de Apoio, através de consulta via Internet aos “sites” dos órgãos emissores dos documentos.

12.2 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

12.3 – Serão inabilitadas as empresas que não satisfizerem as exigências estabelecidas para a habilitação.

12.4 – As firmas já cadastradas na Prefeitura Municipal de Bom Jardim não ficam eximidas de apresentar dentro do envelope Habilitação todas as documentações exigidas no presente edital.

12.5 – As Certidões Negativas de Débitos (CND) Apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas como válidas por 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

12.6 – Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa;

13 – DO JULGAMENTO:

13.1 – No local dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, deverão comparecer as licitantes, com as declarações mencionadas no item **9.3 do Edital e os envelopes PROPOSTA E HABILITAÇÃO**, apresentados na forma anteriormente definida;

13.2 – O julgamento do certame será realizado em uma ou mais sessões públicas; sempre com a lavratura da respectiva ata circunstanciada, assinada pelas licitantes presentes, pela Pregoeira e demais membros da equipe de apoio;

13.3 – Após a fase de credenciamento das licitantes, na forma do disposto no **item 9**, a Pregoeira procederá a abertura das propostas de preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, com a consequente divulgação dos preços ofertados pelas licitantes classificadas;

13.4 – Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados o prazo máximo de fornecimento, as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste edital.



13.4.1 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital, que apresentarem preços manifestamente inexequíveis e *preço por lote superior ao estimado pela administração.*

13.4.2 – De acordo com a Lei de Licitações artigo 48 Inciso II §1º, alíneas a e b, preços manifestadamente inexequíveis são aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. No caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: **a)** média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou **b)** valor orçado pela Administração. Bem como, § 2º Dos licitantes classificados na forma do anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b", será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta.

13.5 – Serão qualificados pela Pregoeira, para ingresso na fase de lances o autor da proposta de menor preço por lote e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço por lote.

13.6 – Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item antecedente, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

13.7 – Caso duas ou mais propostas escritas apresentarem preços iguais, será realizado sorteio, também, para determinação da ordem de oferta dos lances.

13.8 – A Pregoeira convidará individualmente as licitantes qualificadas a apresentarem os lances verbais, a começar pelo autor da proposta escrita de maior preço por item seguido dos demais, em ordem decrescente de valor;

13.9 – A Pregoeira poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para redução dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão;

13.10 – Só serão aceitos lances cujos valores sejam INFERIORES ao último apresentado;

13.11 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocada pela Pregoeira, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último lance apresentado pela licitante para efeito de ordenação das propostas;

13.12 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará a licitante às penalidades previstas nos item 19 do Edital.

13.13 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pela Pregoeira, as licitantes qualificadas manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances, ou quando encerrado o prazo estipulado na forma do subitem 13.9;

13.14 – Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e preço, caberá à Pregoeira decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade, vedada a aceitação de propostas cujos preços dos itens sejam superiores aos estimados na Planilha de Quantitativos e Preços – TERMO REFERÊNCIA.



13.15 – A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, com preços iguais ou até 5 % (cinco por cento) superior à proposta de melhor preço, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no § 3º, art. 45, da Lei Complementar nº 123/06.

13.15.1 – Não ocorrendo a apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 13.15, serão convocadas, na ordem classificatória, as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese acima, para o exercício do mesmo direito.

13.15.2 – O disposto no subitem 13.15 somente se aplicará quando **a melhor oferta inicial** não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.16 – A Pregoeira poderá negociar diretamente com a licitante vencedora para que seja obtido melhor preço aceitável, devendo esta negociação se dar em público e formalizada(s) em ata;

13.17 – Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, após negociação com a Pregoeira, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, **para confirmação das suas condições de habilitação, descrita no item 11 do Edital**, assegurado-se ao já cadastrado no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura Municipal de Bom Jardim, o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão de apreciação dos documentos;

13.18 – Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, A Pregoeira declarará a licitante vencedora, caso nenhum licitante manifeste a intenção de recorrer;

13.19 – Caso a licitante vencedora desatenda as exigências de habilitação, a Pregoeira examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta e o atendimento das exigências de Habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame a ela adjudicado, quando constatado o desinteresse dos demais licitantes na interposição de recursos;

13.20 – Na reunião lavrar-se-á ata, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e, ao final, será assinada pela Pregoeira e demais membros de equipe de apoio, bem como pelas licitantes presentes. A recusa da licitante em assinar a ata, bem como a exigência de participante ausente naquele momento será circunstanciada em ata;

13.21 – A Pregoeira manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a formalização do contrato com a adjudicatória, sendo assegurado o prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias corridos para a retirada do mesmo, sob pena de destruição.

13.22 – A empresa que oferecer o menor preço unitário ficará obrigada a fornecer o objeto, quando solicitada.

14 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

14.1 – Ao final da sessão e declarada a licitante vencedora pela Pregoeira, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. As licitantes poderão interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões por igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada a vista imediata dos autos;



14.2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor;

14.3 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

14.4 – A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata;

14.5 – O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo;

14.6 – Os recursos e as contrarrazões interpostos pelas licitantes deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal de Bom Jardim, situado na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro – Bom Jardim, no horário das 9:00 às 12:00 horas e 13:00 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados domingos e feriados;

14.7 – Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos à Pregoeira, que poderá reconsiderar ou enviar para a Autoridade Competente, que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, decidirá de forma fundamentada;

14.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório;

14.9 – Dos atos da Administração, após a Adjudicação, decorrentes da aplicação da Lei no 8.666/93, caberá:

I – recurso, dirigido à Autoridade Competente, por intermédio da Pregoeira, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado no endereço referido no subitem 14.6 deste Edital, nos casos de:

- a) anulação ou revogação da licitação;
- b) rescisão do Contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei no 8.666/93;
- c) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.

II – representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III – pedido de reconsideração de decisão da Autoridade Competente, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

14.10 – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4o do artigo 109 da Lei no 8.666/93).

14.11 – Interposto, o recurso será aberto prazo aos demais licitantes, que poderão impugná-lo em até 5 (cinco) dias úteis.

14.12 – A intimação dos atos referidos no inciso I do subitem 14.9, excluindo-se as penas de advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação no órgão oficial do Município.



15 – PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

15.1 – Uma vez homologado o resultado da licitação, os adjudicatários serão convocados para a assinatura da Ata de Registro de Preços e assinatura do instrumento contratual, no prazo de 03 dias úteis.

15.1.1 – Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura, a Administração poderá encaminhar os documentos mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que sejam assinados e devolvidos no prazo de 05 dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.2 – O prazo de convocação para assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

15.3 – Quando do comparecimento da licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços e para assinatura do instrumento contratual, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura.

15.3.1 – Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

15.4 – Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4.1 – Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4.2 – O extrato resumido da consolidação das Atas de Registro de Preços será publicado na forma do art. 61, parágrafo único da L. 8.666/93.

15.5 – Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços e assinatura do instrumento contratual, a adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas no instrumento convocatório e seus anexos.

16 – DA EMISSÃO DOS PEDIDOS

16.1 – O Fundo Municipal de Saúde, respeitada a ordem de registro, selecionará os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos de fornecimento.

16.2 – O fornecedor convocado que não cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços estará sujeito às sanções previstas no Termo Referência e no Edital. Neste caso, o setor requisitante convocará, obedecida a ordem de classificação, o próximo fornecedor registrado no SRP.

17 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – O fornecedor registrado poderá ter o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

17.2 – O cancelamento de seu registro poderá ser:



17.2.1 – a pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

17.2.2 – por iniciativa do Município de Bom Jardim:

a) se o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;

b) se o fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) se o fornecedor deixar de retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

17.2.3 – Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

17.3 – Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a CPLC fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

18 – DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 – A ata de registro de preços poderá ser revogada pela Administração:

18.1.1 – Por decurso de prazo de vigência;

18.1.2 – Quando não restarem fornecedores registrados;

18.1.3 – Pelo Município de Bom Jardim, quando caracterizado o interesse público.

19 – PENALIDADES

19.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita aos termos do disposto nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo-lhe aplicada, garantidas a prévia defesa, as seguintes penalidades:

19.1.1 – Advertência.

19.1.2 – Multa(s).

19.1.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

19.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.2 – São infrações leves as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, mas sem prejuízo à Administração, em especial:

19.2.1 – Não fornecer os bens conforme as especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, corrigindo em tempo hábil o fornecimento;

19.2.2 – Não observar as cláusulas contratuais referentes às obrigações, quando não importar em conduta mais grave;



19.2.3 – Deixar de adotar as medidas necessárias para adequar o fornecimento às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos;

19.2.4 – Deixar de apresentar imotivadamente qualquer documento, relatório, informação, relativo à execução do contrato ou ao qual está obrigado pela legislação;

19.2.5 – Apresentar intempestivamente os documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação.

19.3 – São infrações médias as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, em especial:

19.3.1 – Reincidir em conduta ou omissão que ensejou a aplicação anterior de advertência;

19.3.2 – Atrasar o fornecimento ou a substituição dos bens;

19.3.3 – Não completar, de forma parcial, o fornecimento dos bens;

19.3.4 – Não recolher os tributos, contribuições previdenciárias e demais obrigações legais, incluindo o FGTS, quando cabível;

19.4 – São infrações graves as condutas que caracterizam inexecução parcial ou total do contrato, em especial:

19.4.1 – Recusar-se o adjudicatário, sem a devida justificativa, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

19.4.2 – Atrasar o fornecimento dos bens em prazo superior a 10 dias úteis.

19.4.3 – Atrasar reiteradamente o fornecimento ou substituição dos bens.

19.5 – São infrações gravíssimas as condutas que induzam a Administração a erro ou que causem prejuízo ao erário, em especial:

19.5.1 – Apresentar documentação falsa;

19.5.2 – Simular, fraudar ou não iniciar a execução do contrato;

19.5.3 – Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação;

19.5.4 – Cometer fraude fiscal;

19.5.5 – Comportar-se de modo inidôneo;

19.5.6 – Não manter sua proposta.

19.6 – Será aplicada a penalidade de advertência às condutas que caracterizam infrações leves que importarem em inexecução parcial do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

19.7 – Será aplicada a penalidade de multa às condutas que caracterizam infração média, grave ou gravíssima que importarem em inexecução parcial ou total do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, observada as seguintes graduações:

19.7.1 – Para as infrações médias, o valor da multa será arbitrado entre 5 a 10 UNIFBJ;



19.7.2 – Para as infrações graves, o valor da multa será arbitrado entre 11 a 20 UNIFBJ;

19.7.3 – Para as infrações gravíssimas, o valor da multa será arbitrado entre 21 a 50 UNIFBJ.

19.8 – Será aplicada a penalidade de suspensão temporária, cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA, mesmo após a aplicação reiterada de multa, se recusar a adotar as medidas necessárias para adequar o fornecimento às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, por até 02 (dois) anos.

19.9 – Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade, cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA cometer infração gravíssima com dolo, má-fé ou em conluio com servidores públicos ou outras licitantes.

19.10 – A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal produz efeitos apenas para o Município de Bom Jardim - RJ.

19.11 – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeito em todo o território nacional.

19.12 – Para assegurar os efeitos da declaração de inidoneidade e da suspensão temporária, a Administração incluirá as empresas sancionadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, até a reabilitação da empresa sancionada.

19.13 – A reabilitação da declaração de inidoneidade será concedida quando a empresa ou profissional penalizado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos de sua aplicação.

19.14 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando o licitante vencedor não manter a sua proposta no respectivo prazo de validade; ou ainda quando o adjudicatário se recusar a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, esta poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para substituir o licitante faltoso.

19.15 – As penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, dispostas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, poderão ser aplicados aos profissionais ou às empresas que praticarem os ilícitos previstos nos incisos do art. 88 do mesmo diploma legal, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

19.16 – Serão utilizados, para conversão dos valores das multas em moeda corrente, os valores atuais da unidade fiscal de referência de Bom Jardim – UNIFBJ, na forma do art. 439 do Código Tributário Municipal (LCM nº 218/2016), equivalente a 44,27 (quarenta e quatro inteiros e vinte e sete centésimos) de UFIR-RJ.

19.17 – As multas aplicadas deverão ser recolhidas em favor do Município no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

19.18 – As multas aplicadas e não recolhidas no prazo do instrumento convocatório serão inscritas em dívida ativa e executadas judicialmente conforme o disposto na Lei Federal nº 6.830/80 e na legislação tributária vigente, acrescida dos encargos correspondentes.

19.19 – As penalidades só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

20 – FORMA DE PAGAMENTO



20.1 – O CONTRATANTE terá:

20.1.1 – O prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nos casos de bens recebidos cujo valor não ultrapasse R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), na forma do art. 5º, §3º da Lei Federal nº 8666/93.

20.1.2 – O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses.

20.2 – Os documentos fiscais serão emitidos em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 11.867.889/0001-25, situado na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro, Bom Jardim - RJ, CEP 28660-000.

20.3 – Junto aos documentos fiscais, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista com validade atualizada exigidas no instrumento convocatório e seus anexos.

20.4 – Após a juntada da prova de recebimento definitivo, a Administração incluirá o crédito da CONTRATADA na respectiva fila de pagamento, a fim de garantir o pagamento em obediência à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos.

20.5 – A ordem de pagamento poderá ser alterada por despacho fundamentado da autoridade superior, nas hipóteses de:

20.5.1 – Haver suspensão do pagamento do crédito;

20.5.2 – Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

20.5.3 – Haver seguros veiculares e imobiliários;

20.5.4 – Evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais da Administração ou para restaurá-los;

20.5.5 – Cumprimento de ordem judicial ou decisão de Tribunal de Contas;

20.5.6 – Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

20.5.7 – Ocorrência de casos fortuitos ou força maior;

20.5.8 – Créditos decorrentes de empréstimos e financiamentos bancários;

20.5.9 – Outros motivos de relevante interesse público, devidamente comprovados e motivados.

20.6 – O pagamento será suspenso, por meio de decisão motivada dos servidores competentes, em caso de constada irregularidade na documentação da CONTRATADA ou irregularidade durante o processo de liquidação.

20.7 – O pagamento será feito em depósito em conta corrente informada pela CONTRATADA, em parcelas correspondentes a cada ordem de fornecimento, na forma da legislação vigente.

20.7.1 – Os itens relativos ao fornecimento deverão corresponder, em sua totalidade, aos itens constantes na ordem de fornecimento e na nota de empenho emitida pela Administração, sem qualquer divergência entre estes.



20.7.2 – É vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação do fornecimento em sua totalidade.

20.8 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC-A e juros moratórios de 0,5% ao mês.

20.9 – A compensação financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = N \times V \times I$, onde EM é o encargo moratório devido, N é o número de dias atrasados do pagamento, V é o valor que deveria ser pago, e I é o índice de compensação, com valor de 0,00016438.

20.10 – Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando prejuízo econômico extraordinário e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a Administração para o justo pagamento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada, justificada e devidamente comprovada pela CONTRATADA.

20.11 – É vedada à CONTRATADA a cessão de crédito para instituições financeiras decorrentes dos pagamentos futuros dispostos no instrumento convocatório e seus anexos, ressalvada a hipótese do art. 46 da Lei Complementar nº 123/06.

21 – GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ATRIBUIÇÕES

21.1 – O órgão responsável pelo gerenciamento da ata de registro de preço é a Secretaria Municipal de Saúde, representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Wueliton Pires, matrícula nº. 11/2035-SMS.

21.2 – Compete ao órgão responsável pelo gerenciamento da ata de registro de preços:

21.2.1 – Verificar, antes de emitir a ordem de fornecimento, se há saldo orçamentário disponível para a execução;

21.2.2 – Emitir a ordem de fornecimento, nos moldes do instrumento convocatório e seus anexos;

21.2.3 – Solicitar à fiscalização que inicie os procedimentos de acompanhamento e fiscalização;

21.2.4 – Encaminhar comunicações à CONTRATADA ou fornecer meios para que a fiscalização se comunique com a CONTRATADA;

21.2.5 – Aplicar sanções por descumprimento contratual;

21.2.6 – Requerer ou conceder ajustes, aditivos, suspensões, prorrogações ou supressões, na forma da legislação;

21.2.7 – Cancelar o registro dos licitantes, nas hipóteses do instrumento convocatório e seus anexos, convocando os licitantes remanescentes registrados para substituí-los;

21.2.8 – Revogar a ata de registro de preços, nas hipóteses do instrumento convocatório e da legislação aplicável;

21.2.9 – Controlar os quantitativos máximos estipulado, respeitando as cotas dos participantes;



21.2.10 – Tomar demais medidas necessárias para a regularização de faltas ou eventuais problemas;

21.2.11 – gerenciar, planejar e realizar comunicações relativas às pesquisas de mercado periódicas, em tempo hábil para observância ao prazo não superior de 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na ata de registro de preços.

21.2.11.1 – Entende-se como tempo hábil o prazo mínimo de 90 dias (noventa) de antecedência ao prazo máximo previsto no item

21.3 – Não haverá outros órgãos participantes além do órgão responsável pelo gerenciamento da ata de registro de preços.

21.4 – Não será admitida a adesão de órgãos que não participaram da presente licitação.

22 – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATRIBUIÇÕES

22.1 – Serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato o Sr. RODRIGO ROMITO GONÇALVES, Farmacêutico, Mat:10/6241 SMS e o Sr. BRUNO PEREIRA ROZALES, Mat: 10/6249 SMS.

22.2 – Compete à fiscalização do contrato:

22.2.1 – Realizar os procedimentos de acompanhamento da execução do contrato;

22.2.2 – Apresentar-se pessoalmente no local, data e horário para o recebimento dos bens;

22.2.3 – Apurar ouvidorias, reclamações ou denúncias relativas à execução do contrato, inclusive anônimas;

22.2.4 – Receber e analisar os documentos emitidos pela CONTRATADA que são exigidos no instrumento convocatório e seus anexos;

22.2.5 – Elaborar o registro próprio e emitir termo circunstanciando, recibos e demais instrumentos de fiscalização, anotando todas as ocorrências da execução do contrato;

22.2.6 – Verificar a quantidade, qualidade e conformidade dos bens fornecidos;

22.2.7 – Recusar os bens entregues em desacordo com o instrumento convocatório e seus anexos, exigindo sua substituição no prazo disposto no instrumento convocatório e seus anexos;

22.2.8 – Atestar o recebimento definitivo dos objetos entregues em acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.

23 – GARANTIA DE EXECUÇÃO

23.1 – Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

24 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

24.1 – Qualquer empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço: Praça Governador Roberto Silveira, 44, Centro, Bom Jardim - RJ, deste edital, cabendo ao Secretário Municipal de Educação decidir sobre a petição até o prazo de 03 (três) dias úteis, conforme Portaria Municipal nº 425/17, de 16 de novembro de 2017.



24.2 – Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1 – Os créditos pelos quais as despesas relativas à presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

PROG. DE TRABALHO	NAT. DESPESA
0800.1030200642.071	3390.32.00

26 – PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

26.1 – Todas as comunicações entre a Administração e a CONTRATADA serão feitas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.

26.2 – A CONTRATADA, ao apresentar sua proposta comercial, deverá informar seu endereço para correio eletrônico, ou caso não disponha, o seu endereço comercial para recebimento das comunicações.

26.3 – Presumem-se válidas as intimações e comunicações dirigidas aos endereços informados pela CONTRATADA, incluindo as comunicações por meios eletrônicos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada à Administração, fluindo os prazos a partir da juntada do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

27 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

27.1 – É facultado a Pregoeira ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

27.1.1 – A Pregoeira poderá a qualquer momento convocar funcionário competente da Prefeitura para esclarecer eventuais dúvidas técnicas relacionadas à especificação dos itens e a proposta apresentada pelas empresas.

27.2 – Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo ao Município de Bom Jardim responsabilidade por qualquer custo, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.3 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.4 – Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

27.5 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos, desde que não haja comunicação diversa por parte da Pregoeira.



27.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se os prazos em dias de expediente da Prefeitura Municipal de Bom Jardim.

27.7 – O desatendimento à exigências formais não essenciais e sanáveis não importará na exclusão do licitante, desde que seja possível a exata compreensão da sua proposta e a aferição da sua habilitação durante a realização da sessão pública de pregão.

27.8 – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, em comprometimento da segurança do futuro contrato.

27.9 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.10 – As disposições estabelecidas neste edital poderão ser alteradas, observadas as disposições do Parágrafo 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

27.11 – O recebimento dos envelopes não gera nenhum direito para o licitante perante o Município.

27.12 – Fica assegurado ao Município de Bom Jardim, sem que caiba aos licitantes indenizações:

- a) Adiar a data da abertura da presente licitação, dando disso conhecimento aos interessados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- b) Revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, dando disso ciência aos interessados, anular a presente licitação, dando disso ciência aos interessados.

27.13 – Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jardim, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas da presente licitação, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

27.14 – A participação das empresas interessadas nesta licitação implicará no total conhecimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria, ficando consignado que na hipótese de ocorrência de casos omissos, estes serão solucionados à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei Federal nº 10.520, no Decreto Municipal nº 1.393/05 e no Decreto Municipal nº 2156/10, e demais normas pertinentes.

27.15 – Qualquer pedido de esclarecimento em relação e eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverão ser encaminhadas para os e-mails: licitacao.bomjardim@gmail.com, ou ainda, feitas pessoalmente a Pregoeira, no horário de 9:00 às 12:00 horas e 13h00min. às 17h00min. horas, na Praça Governador Roberto Silveira nº 44 , 2º andar Centro, Bom Jardim- RJ onde poderá ser retirada cópia integral do Edital e seus anexos, tel (22) 2566-2916 e 2566-2316.

27.16 – O Termo de Referência estará à disposição dos interessados em participar do certame, no Setor de Licitações do Município, atrelado ao presente processo, na Prefeitura Municipal de Bom Jardim, situada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro – Bom Jardim, CEP 28.660-000 (2º andar – Chefia Geral de Licitações e Compras), no horário compreendido entre 9h às 12h e 13:00h às 17:00h.

28 – ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL

28.1 – Os anexos que integram este Edital, como partes inseparáveis, são os seguintes:

28.1.1 – ANEXO I – Termo Referência



- 28.1.2 - ANEXO II – Proposta de Preços
- 28.1.3 - ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços
- 28.1.4 - ANEXO IV – Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos
- 28.1.5 - ANEXO V – Modelo de Carta de Credenciamento
- 28.1.6- ANEXO VI – Modelo de Declaração relativa a trabalho de menores
- 28.1.7 - ANEXO VII – Modelo Declaração ME ou EPP
- 28.1.8 - ANEXO VIII – Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação
- 28.1.9 – ANEXO IX – Declaração de Idoneidade.
- 28.1.10 – ANEXO X – Declaração de Não Parentesco
- 28.1.11 – ANEXO XI – Minuta de Contrato

Bom Jardim, 30 de abril de 2021.

Wueliton Pires
Secretário Municipal de Saúde



EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência destina-se a estabelecer os parâmetros mínimos para eventual e futura aquisição de MEDICAMENTOS para atender a demanda dos pacientes da Farmácia Municipal de Bom Jardim, pelo período estimado de 12 (doze) meses.

1.2 – DETALHAMENTO DO OBJETO

1.2.1 – Serão registrados os preços dos seguintes medicamentos, em suas respectivas qualidades e quantidades:

1.1 – DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD. MÍNIMA	QTD. MÁXIMA
1	Acetato de desmopressina 0,2 MG	268572	Comprimido	360	720
2	Ácido Acetilsalicílico 81mg	285055	Comprimido	720	1440
3	Ácido Tióctico 600mg	394865	Comprimido	3240	6480
4	Ácido Ursodesoxicólico 150mg	269460	Comprimido	3960	7920
5	Ácido Ursodexicólico 300mg	309040	Comprimido	1080	2160
6	Alogliptina, Benzoato/ Cloridrato Pioglitazona 25/15mg	445952	Comprimido	120	240
7	Alogliptina, Benzoato/ Cloridrato Pioglitazona 25/30mg	445954	Comprimido	120	240
8	Alogliptina, 25mg	436169	Comprimido	120	240
9	Amantadina 100mg (C1)	268079	Comprimido	2520	5040
10	Amissulprida 50mg (C1)	396081	Comprimido	720	1440
11	Amissulprida 200mg (C1)	401321	Comprimido	720	1440
12	Amitriptilina, Cloridrato 12,5 mg/ Clordiazepóxido 5mg (C1)		Comprimido	360	720
13	Anlodipino 2,5mg + Benazepril 10mg	394916	Comprimido	360	720
14	Apixabana 5mg	429846	Comprimido	720	1440
15	Benfotiamina 150mg	410989	Comprimido	720	1440
16	Bimatoprost 0,1mg/ml – colírio (Frasco 5ml)	405997	Frasco	96	192



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

17	Brinzolamida + Timolol – (frasco 5ml)	395807	Frasco	12	24
18	Brinzolamida 1% - colírio (frasco 5ml)	353418	Frasco	36	72
19	Calcipotriol 50 mcg/g+ betametasona 0,5 mg/g (frasco 30g)	434562	Frasco	18	36
20	Cianocobalamina 5000mcg + Piridoxina 100mg + Tiamina 100mg	270813	Comprimido	2160	4320
21	Clobazam 10mg (B1)	272901	Comprimido	3240	6480
22	Clobazam 20mg (B1)	272902	Comprimido	2160	4320
23	Clonazepam 0,25mg (B1)	344014	Comprimido	360	720
24	Dabigatrana 110mg	370117	Comprimido	8640	17280
25	Dabigatrana 150mg	402259	Comprimido	3240	6480
26	Dapagliflozina 10mg	432908	Comprimido	1440	2880
27	Dapagliflozina/Cloridrato de Metformina 10mg/1000mg	437837	Comprimido	360	720
28	Deflazacorte 30mg	273150	Comprimido	360	720
29	Dexlansoprazol 60mg	450073	Comprimido	360	720
30	Dextrano 70 1mg+ Hipromelose 3mg – colírio mg/mL (0,1%) + 3 mg/mL (0,3%) (frasco 15ml)	312390	Frasco	24	48
31	Diosmina + Hesperidina 900mg/100mg	428425	Comprimido	360	720
32	Divalproato de Sódio 250mg (C1) comprimido – ER liberação prolongada- ER	433279	Comprimido	2160	4320
33	Doxazosina 2mg; Finasterida 5mg		Comprimido	360	720
34	Dutasterida + Tansulosina 0,5+0,4	428705	Comprimido	1800	3600
35	Eltrombopag Olamina 50mg	410020	Comprimido	1080	2160
36	Empagliflozina 10mg	437078	Comprimido	360	720
37	Empagliflozina 25mg	434874	Comprimido	6120	12240
38	Enalapril+Anlodipino 5mg+20mg	270879	Comprimido	360	720
39	Fenofibrato 250mg	342501	Comprimido	360	720
40	Ferro Aminoacido Quelato 500mg		Comprimido	1440	2880
41	Formoterol+beclometaso na 100 mcg + 6 mcg/dose PO INAL CT DISP INAL DPI (120 doses)	407441	Caixa	12	24
42	Fosfato de cálcio tribásico + colecalfiferol 600 mg + 400 UI	448883	Comprimido	720	1440
43	Glicosamina 500 + Condroitina 400	274227	Comprimido	2160	4320
44	Cloridrato de Hidralazina 25mg	268111	Comprimido	1080	2160
45	Brometo de Ipratrópio + Bromidrato de Fenoterol 0,2mg/50mcl (frasco 10ml)	428076	Frasco	12	24
46	Lacosamida 100mg (C1)	434406	Comprimido	2880	5760
47	Lacosamida 150mg (C1)	437994	Comprimido	360	720
48	Levetiracetam 100mg/ml (C1) (frasco 150ml)	352933	Frasco	24	48
49	Levodopa + benserazida 100/25 BD	398689	Comprimido	3600	7200
50	Levodopa + benserazida 100/25 – DISPERSÍVEL	270128	Comprimido	360	720
51	Levodopa + benserazida	270126	Comprimido	8460	16920



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

	200/50				
52	Levomepromazina 25mg (C1)	268128	Comprimido	3240	6480
53	Levomepromazina 100mg	268129	Comprimido	360	720
54	Levotiroxina Sódica 62,5 mcg	438280	Comprimido	360	720
55	Lisado Bacteriano 3,5mg	400470	Comprimido	360	720
56	Nifedipino 30mg	274150	Comprimido	360	720
57	Oxibutinina 5mg	272327	Comprimido	120	240
58	Periciazina 1% - solução oral 1% (C1) (frasco 20ml)	300988	Frasco	36	72
59	Periciazina 4% - solução oral 4% (C1) (frasco 20ml)	300989	Frasco	12	24
60	Pirfenidona 267mg	434252	Comprimido	6480	12960
61	Propafenona, cloridrato de 150 mg	384894	Comprimido	360	720
62	Ramipril/Besilato de Anlodipino 5 MG + 5 MG	276264	Comprimido	360	720
63	Rasagilina 1mg (C1)		Comprimido	360	720
64	Rivaroxabana 2,5mg		Comprimido	360	720
65	Rivaroxabana 15mg	412092	Comprimido	720	1440
66	Rivaroxabana 20mg	412091	Comprimido	6480	12960
67	Roflumilaste 500mcg	403990	Comprimido	360	720
68	Salmeterol + fluticasona 25/125mcg (120 doses)	332788	Caixa	36	720
69	Salmeterol + fluticasona 50/250 - (60 doses)	296792	Caixa	132	264
70	Salmeterol + Fluticasona 50/500 - (60 doses)	436777	Caixa	12	24
71	Sitagliptina 100mg	331389	Comprimido	2160	4320
72	Sitagliptina 50mg + Metformina 500mg	381063	Comprimido	360	720
73	Sitagliptina 50mg + Metformina 1000mg	410294	Comprimido	360	720
74	Sulpirida 50mg (C1)	282299	Comprimido	360	720
75	Teofilina 200mg	267416	Comprimido	1080	2160
76	Tiamazol 5mg	273700	Comprimido	360	720
77	Ticagrelor 90mg	400852	Comprimido	2160	4320
78	Trazodona 150mg (C1)	362260	Comprimido	360	720
79	Valproato de Sódio - Ácido valproico 300-CR	407033	Comprimido	2160	4320
80	Valproato de Sódio - Ácido valproico 500-CR	400436	Comprimido	1800	3600
81	Valsartana + HCTZ+ Anlodipino 160+12,5+5mg	396557	Comprimido	360	720
82	Valsartana +Sacubitril 24+26mg	445431	Comprimido	1440	2880
83	Valsartana +Sacubitril 49+51mg	445430	Comprimido	360	720
84	Valsartana +Sacubitril 97+103mg	445432	Comprimido	9000	18000
85	Vilanterol + Fluticasona 100 MCG + 25 MCG PÓ INAL OR CT STR X 30 DOSES + BAND (30 doses)	448564	Caixa	12	24
86	Vildagliptina 50 mg + Metformina 850mg	397598	Comprimido	4320	8640
87	Vildagliptina 50 mg + Metformina 1000mg	397600	Comprimido	3240	6480
88	Vildagliptina 50mg	362802	Comprimido	4320	8640
89	Vimocetina 5mg	369106	Comprimido	360	720
90	Insulina Lispro 10ml	276233	Frasco	156	312



91	Rituximabe 10mg/ml – frasco 50ml		Frasco	8	16
92	Aspirina Prevent 100mg		Comprimido	360	720
93	Brosimum Gaudichaudii Trecul – pomada pom (bisnaga 30g)		Bisnaga	36	72
94	Filtro Solar FPS 60 creme (bisnaga 60g)	405890	Bisnaga	60	120
95	Gel hidratante absorvente, estéril À base de Ácidos Graxos Vitaminas A e E (Bisnaga 85g)		Bisnaga	96	192
96	Módulo de triglicerídeos de cadeia média para nutrição enteral ou oral, 2%, (Frasco 250ml)		Frasco	24	48
97	Paroxetina XR 25mg	296302	Comprimido	360	720
98	Liraglutida + Insulina Degludeca 100U/ML + 3,6MG/ML (frasco 3ml)		Frasco	144	288
99	Insulina Aspart 100U/ML (3ML caixa com 5 unidades - PENFILL)	276234	Caixa	144	288
100	Insulina Glargina 3ml	438153	Frasco	708	1416
101	Insulina Glargina 10ml	273836	Frasco	216	432
102	Insulina Lispro 3ml 100UI/ML caixa com 2 CARP (3ml)		Caixa	192	384
103	Insulina Degludeca 100UI/ML (3ml caixa com 5 PENFILL)	432782	Caixa	36	72
104	Insulina Detemir (3ml – caixa com 5 PENFILL)	337473	Caixa	24	48
105	Insulina glargina + lixisenatida 100U/ML + 0,033MG/ML (3ml)		Frasco	24	48
106	Insulina Aspart 100UI/ml – (10ml)		Frasco	24	48

1.2.2 – As quantidades máxima e mínima ora dispostas são mera estimativa, elaboradas com intuito de orientar a empresa na apresentação de sua proposta, não obrigando a Administração a adquirir a quantidade integral dos bens.

1.2.3 - Alguns itens não possuem código na Listagem CATMAT.

1.3 – SITUAÇÃO QUE ORIGINA A DEMANDA

A garantia à saúde estabelecido na Constituição Federal pressupõe entre eles a garantia à população da Assistência Farmacêutica, com distribuição de medicamentos essenciais. Os quantitativos especificados visam o atendimento por período estimado de 12 (doze) meses, a fim de garantir o fornecimento ininterrupto dos insumos à população.

1.4 – ESTUDOS TÉCNICOS QUE EMBASAM A SOLUÇÃO



Para embasar o qualitativo e o quantitativo da requisição, foram feitos estudos em cima dos Termos de Referências e demandas dos anos anteriores, presente nos arquivos do setor. A justificativa se encontra no item 1.5 deste TR.

1.5 – JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE

O quantitativo se justifica de acordo com a análise da dispensação para os pacientes já cadastrados, seja por processo administrativo ou judicial, conforme levantamento realizado no setor, mais uma margem de segurança devido ao possível aumento do número de pacientes nesse período, visando o atendimento de forma ininterrupta.

1.6 – JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO

A aquisição será feita pelo menor preço por item, ou seja, a adjudicação será feita por item, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, uma vez que a divisão do objeto é técnica e economicamente viável, não representando perda de economia de escala.

2 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 – A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:

2.1.1 – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante e prazo de validade.

2.1.2 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

2.1.3 – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, o objeto diferente da descrição deste Termo de Referência;

2.1.4 – Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

2.1.5 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.1.6 – Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

2.1.7 – Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;



2.1.8 – Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;

2.1.9 – Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e entrega dos objetos.

2.1.10 - O prazo de validade dos insumos no momento da entrega dever ser no mínimo de 75% de sua validade, contados da data de fabricação. O Cálculo a ser considerado será: $\% \text{ Validade} = A/B * 100$; onde: A = Cálculo da quantidade de dias obtido pela diferença entre a data de entrega dos insumos na farmácia municipal e a data de vencimento do medicamento. B = Cálculo da quantidade de dias obtido pela diferença entre a data de fabricação do insumo e sua data de vencimento.

2.1.11 - Todos os insumos, nacionais ou importados, devem ter constado nos rótulos e nas bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

2.1.12 - As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto ou importação, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica ou importadora está instalada.

2.1.13 – Na eventualidade de se verificarem desacordo na entrega dos produtos com o empenho a empresa deverá corrigir no prazo de até 72 horas.

2.1.14 - Fornecer integralmente os objetos no prazo, forma e local determinados no instrumento convocatório e seus anexos.

2.1.15 – Apresentar documentos, relatórios ou demais informações necessárias à execução do contrato.

3 – OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

3.1 – A Administração está sujeita às seguintes obrigações:

3.1.1 – Emitir a ordem de início e receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;

3.1.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

3.1.3 – Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

3.1.4 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para



tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;

3.1.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos;

3.2 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4 – DINÂMICA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO CONTRATO

4.1 – A Administração emitirá por escrito ordem de fornecimento, com a quantidade e identificação dos bens que serão fornecidos, o local de fornecimento, o prazo máximo para a entrega, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.

4.2 – Os insumos a serem adquiridos serão fornecidos em remessa parcelada, conforme ordens de fornecimento, em prazo máximo de em prazo máximo de 07 dias úteis após o recebimento da ordem de fornecimento, que será encaminhada via e-mail pela Direção de Serviços Farmacêuticos, no seguinte endereço: Farmácia Municipal de Bom Jardim, instalada no Centro de Saúde Djalma Neves, situado à Av. Venâncio Pereira Veloso, 78 Centro - Bom Jardim - RJ, de segunda à terça-feira, das 8:30 às 11:30 e das 11:30 às 16:30 horas e as quarta, quinta e sexta-feira somente de 8:00 as 11:30 aos cuidados da Diretora de Serviços Farmacêuticos.

4.3 – O prazo para conclusão do fornecimento dos insumos requisitados poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

4.4 – O prazo para fornecimento dos medicamentos requisitados poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante comprovação e autorização expressa da fiscalização do contrato.

4.5 – Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no instrumento convocatório, em seus anexos ou na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 02 dias úteis, a



contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6 – Os medicamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou ateste das notas fiscais.

4.7 – Caso a verificação de conformidade não seja procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.8 – O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5 – PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

5.1 – Todas as comunicações entre a Administração e a CONTRATADA serão feitas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.

5.2 – A CONTRATADA, ao apresentar sua proposta comercial, deverá informar seu endereço para correio eletrônico, ou caso não disponha, o seu endereço comercial para recebimento das comunicações.

5.3 – Presumem-se válidas as intimações e comunicações dirigidas aos endereços informados pela CONTRATADA, incluindo as comunicações por meios eletrônicos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada à Administração, fluindo os prazos a partir da juntada do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

6 – GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ATRIBUIÇÕES

6.1 – O órgão responsável pelo gerenciamento da ata de registro de preço é a Farmácia Municipal de Bom Jardim, representada pela servidora Jordana Hoelz da Silva, Diretora de Serviços Farmacêuticos, de Mat: 41/6951 SMS.

6.2 – Compete ao órgão responsável pelo gerenciamento da ata de registro de preços:

6.2.1 – Verificar, antes de emitir a ordem de fornecimento, se há saldo orçamentário disponível para a execução;

6.2.2 – Emitir a ordem de fornecimento, nos moldes do instrumento convocatório e seus anexos;

6.2.3 – Solicitar à fiscalização que inicie os procedimentos de acompanhamento e fiscalização;



6.2.4 – Encaminhar comunicações à CONTRATADA ou fornecer meios para que a fiscalização se comunique com a CONTRATADA;

6.2.5 – Aplicar sanções por descumprimento contratual;

6.2.6 – Requerer ou conceder ajustes, aditivos, suspensões, prorrogações ou supressões, na forma da legislação;

6.2.7 – Cancelar o registro dos licitantes, nas hipóteses do instrumento convocatório e seus anexos, convocando os licitantes remanescentes registrados para substituí-los;

6.2.8 – Revogar a ata de registro de preços, nas hipóteses do instrumento convocatório e da legislação aplicável;

6.2.9 – Controlar os quantitativos máximos estipulado, respeitando as cotas dos participantes;

6.2.10 – Tomar demais medidas necessárias para a regularização de faltas ou eventuais problemas;

6.2.11 – gerenciar, planejar e realizar comunicações relativas às pesquisas de mercado periódicas, em tempo hábil para observância ao prazo não superior de 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na ata de registro de preços.

6.2.11.1 – Entende-se como tempo hábil o prazo mínimo de 90 dias (noventa) de antecedência ao prazo máximo previsto no item

6.3 – Não haverá outros órgãos participantes além do órgão responsável pelo gerenciamento da ata de registro de preços.

6.4 – Não será admitida a adesão de órgãos que não participaram da presente licitação.

7 – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATRIBUIÇÕES

7.1 – 7.1 – Serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato o Sr. RODRIGO ROMITO GONÇALVES, Farmacêutico, Mat:10/6241 SMS e o Sr. BRUNO PEREIRA ROZALES, Mat: 10/6249 SMS.

7.2 – Compete à fiscalização do contrato:

7.2.1 – Realizar os procedimentos de acompanhamento da execução do contrato;

7.2.2 – Apresentar-se pessoalmente no local, data e horário para o recebimento dos bens;

7.2.3 – Apurar ouvidorias, reclamações ou denúncias relativas à execução do contrato, inclusive anônimas;



- 7.2.4 – Receber e analisar os documentos emitidos pela CONTRATADA que são exigidos no instrumento convocatório e seus anexos;
- 7.2.5 – Elaborar o registro próprio e emitir termo circunstanciando, recibos e demais instrumentos de fiscalização, anotando todas as ocorrências da execução do contrato;
- 7.2.6 – Verificar a quantidade, qualidade e conformidade dos bens fornecidos;
- 7.2.7 – Recusar os bens entregues em desacordo com o instrumento convocatório e seus anexos, exigindo sua substituição no prazo disposto no instrumento convocatório e seus anexos;
- 7.2.8 – Atestar o recebimento definitivo dos objetos entregues em acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.

8 – FORMA DE PAGAMENTO

8.1 – O CONTRATANTE terá:

8.1.1 – O prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nos casos de bens recebidos cujo valor não ultrapasse R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), na forma do art. 5º, §3º da Lei Federal nº 8666/93.

8.1.2 – O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses.

8.2 – Os documentos fiscais serão emitidos em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 11.867.889/0001-25, situado na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro, Bom Jardim - RJ, CEP 28660-000.

8.3 – Junto aos documentos fiscais, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista com validade atualizada exigidas no instrumento convocatório e seus anexos.

8.4 – Após a juntada da prova de recebimento definitivo, a Administração incluirá o crédito da CONTRATADA na respectiva fila de pagamento, a fim de garantir o pagamento em obediência à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos.

8.5 – A ordem de pagamento poderá ser alterada por despacho fundamentado da autoridade superior, nas hipóteses de:

8.5.1 – Haver suspensão do pagamento do crédito;

8.5.2 – Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

8.5.3 – Haver seguros veiculares e imobiliários;



8.5.4 – Evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais da Administração ou para restaurá-los;

8.5.5 – Cumprimento de ordem judicial ou decisão de Tribunal de Contas;

8.5.6 – Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

8.5.7 – Ocorrência de casos fortuitos ou força maior;

8.5.8 – Créditos decorrentes de empréstimos e financiamentos bancários;

8.5.9 – Outros motivos de relevante interesse público, devidamente comprovados e motivados.

8.6 – O pagamento será suspenso, por meio de decisão motivada dos servidores competentes, em caso de constada irregularidade na documentação da CONTRATADA ou irregularidade durante o processo de liquidação.

8.7 – O pagamento será feito em depósito em conta corrente informada pela CONTRATADA, em parcelas correspondentes a cada ordem de fornecimento, na forma da legislação vigente.

8.7.1 – Os itens relativos ao fornecimento deverão corresponder, em sua totalidade, aos itens constantes na ordem de fornecimento e na nota de empenho emitida pela Administração, sem qualquer divergência entre estes.

8.7.2 – É vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação do fornecimento em sua totalidade.

8.8 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC-A e juros moratórios de 0,5% ao mês.

8.9 – A compensação financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = N \times V \times I$, onde EM é o encargo moratório devido, N é o número de dias atrasados do pagamento, V é o valor que deveria ser pago, e I é o índice de compensação, com valor de 0,00016438.

8.10 – Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando prejuízo econômico extraordinário e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a Administração para o justo pagamento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada, justificada e devidamente comprovada pela CONTRATADA.



8.11 – É vedada à CONTRATADA a cessão de crédito para instituições financeiras decorrentes dos pagamentos futuros dispostos no instrumento convocatório e seus anexos, ressalvada a hipótese do art. 46 da Lei Complementar nº 123/06.

9 – REAJUSTES DOS PREÇOS

9.1 – A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na ata de registro de preços.

9.2 – Os preços estabelecidos poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

9.3 – Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará a adjudicatária para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.4 – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

9.5 – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

9.6 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar a adjudicatária do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade quando confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

9.7 – Os licitantes remanescentes serão convocados para fornecer o produto pelo preço registrado, observada a classificação original.

9.8 – Não será aplicada penalidade ao licitante convocado na forma deste item que não aceitar a proposta da Administração.

9.9 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10 – PENALIDADES



10.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita aos termos do disposto nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo-lhe aplicada, garantidas a prévia defesa, as seguintes penalidades:

10.1.1 – Advertência;

10.1.2 – Multa(s);

10.1.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

10.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2 – São infrações leves as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, mas sem prejuízo à Administração, em especial:

10.2.1 – Não fornecer os bens conforme as especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, corrigindo em tempo hábil o fornecimento;

10.2.2 – Não observar as cláusulas contratuais referentes às obrigações, quando não importar em conduta mais grave;

10.2.3 – Deixar de adotar as medidas necessárias para adequar o fornecimento às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos;

10.2.4 – Deixar de apresentar imotivadamente qualquer documento, relatório, informação, relativo à execução do contrato ou ao qual está obrigado pela legislação;

10.2.5 – Apresentar intempestivamente os documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação.

10.3 – São infrações médias as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, em especial:

10.3.1 – Reincidir em conduta ou omissão que ensejou a aplicação anterior de advertência;

10.3.2 – Atrasar o fornecimento ou a substituição dos bens;

10.3.3 – Não completar, de forma parcial, o fornecimento dos bens;

10.3.4 – Não recolher os tributos, contribuições previdenciárias e demais obrigações legais, incluindo o FGTS, quando cabível;



10.4 – São infrações graves as condutas que caracterizam inexecução parcial ou total do contrato, em especial:

10.4.1 – Recusar-se o adjudicatário, sem a devida justificativa, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

10.4.2 – Atrasar o fornecimento dos bens em prazo superior a 10 dias úteis.

10.4.3 – Atrasar reiteradamente o fornecimento ou substituição dos bens.

10.5 – São infrações gravíssimas as condutas que induzam a Administração a erro ou que causem prejuízo ao erário, em especial:

10.5.1 – Apresentar documentação falsa;

10.5.2 – Simular, fraudar ou não iniciar a execução do contrato;

10.5.3 – Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação;

10.5.4 – Cometer fraude fiscal;

10.5.5 – Comportar-se de modo inidôneo;

10.5.6 – Não manter sua proposta.

10.6 – Será aplicada a penalidade de advertência às condutas que caracterizam infrações leves que importarem em inexecução parcial do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

10.7 – Será aplicada a penalidade de multa às condutas que caracterizam infração média, grave ou gravíssima que importarem em inexecução parcial ou total do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, observada as seguintes graduações:

10.7.1 – Para as infrações médias, o valor da multa será arbitrado entre 5 a 10 UNIFBJ;

10.7.2 – Para as infrações graves, o valor da multa será arbitrado entre 11 a 20 UNIFBJ;

10.7.3 – Para as infrações gravíssimas, o valor da multa será arbitrado entre 21 a 50 UNIFBJ.

10.8 – Será aplicada a penalidade de suspensão temporária, cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA, mesmo após a aplicação reiterada de multa, se recusar a adotar as medidas necessárias para adequar o fornecimento às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, por até 02 (dois) anos.

10.9 – Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade, cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA cometer infração gravíssima com dolo, má-fé ou em conluio com servidores públicos ou outras licitantes.



10.10 – A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal produz efeitos apenas para o Município de Bom Jardim - RJ.

10.11 – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeito em todo o território nacional.

10.12 – Para assegurar os efeitos da declaração de inidoneidade e da suspensão temporária, a Administração incluirá as empresas sancionadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, até a reabilitação da empresa sancionada.

10.13 – A reabilitação da declaração de inidoneidade será concedida quando a empresa ou profissional penalizado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos de sua aplicação.

10.14 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando o licitante vencedor não manter a sua proposta no respectivo prazo de validade; ou ainda quando o adjudicatário se recusar a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, esta poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para substituir o licitante faltoso.

10.15 – As penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, dispostas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, poderão ser aplicados aos profissionais ou às empresas que praticarem os ilícitos previstos nos incisos do art. 88 do mesmo diploma legal, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

10.16 – Serão utilizados, para conversão dos valores das multas em moeda corrente, os valores atuais da unidade fiscal de referência de Bom Jardim – UNIFBJ, na forma do art. 439 do Código Tributário Municipal (LCM nº 218/2016), equivalente a 44,27 (quarenta e quatro inteiros e vinte e sete centésimos) de UFIR-RJ.

10.17 – As multas aplicadas deverão ser recolhidas em favor do Município no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

10.18 – As multas aplicadas e não recolhidas no prazo do instrumento convocatório serão inscritas em dívida ativa e executadas judicialmente conforme o disposto na Lei Federal nº 6.830/80 e na legislação tributária vigente, acrescida dos encargos correspondentes.

10.19 – As penalidades só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.



11 – CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

11.1 – Uma vez homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar e retirar o termo de ata de registro de preços, sendo cientificada de que sua omissão ensejará decaimento do direito à contratação, sem prejuízo à aplicação das penalidades dispostos no instrumento convocatório e seus anexos.

11.2 – Alternativamente ao comparecimento perante o órgão ou entidade para a assinatura, a licitante vencedora poderá enviar o termo da ata de registro de preços ou aceite assinado mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico com a respectiva assinatura digital, cujo marco do cumprimento será contado a partir da data de postagem.

11.3 – O aceite de nota de empenho, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, emitida à licitante vencedora, implica no reconhecimento que:

11.3.1 – A nota de empenho, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 1993;

11.3.2 – A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no instrumento convocatório e seus anexos.

11.4 – O prazo para assinar, aceitar ou retirar o termo da ata de registro de preços será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado pela parte durante o seu transcurso e tenha ocorrido fato justificado aceito pela Administração.

11.5 – Como requisito para celebração da ata de registro de preços, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas no instrumento convocatório e seus anexos.

12 – DURAÇÃO, ALTERAÇÃO, CANCELAMENTO E REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – A ata de registro de preços terá duração de 12 meses, com eficácia na forma do art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, sendo vedada sua prorrogação.

12.2 – As contratações oriundas da ata de registro de preços terão duração idêntica a esta, observados os prazos para fornecimento e pagamento pela Administração.

12.3 – As obrigações disciplinadas na ata de registro de preços e no instrumento convocatório poderão ser alteradas por comum acordo das partes, após justificativa da Administração, nas seguintes hipóteses:



- 12.3.1 – Quando conveniente a substituição de garantia de execução;
- 12.3.2 – Quando necessária a modificação da forma de fornecimento ou da dinâmica de execução, em razão da verificação técnica de inaplicabilidade dos termos originais;
- 12.3.3 – Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, sendo vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação do fornecimento;
- 12.3.4 – Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, quando sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 12.4 – O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 12.4.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 12.4.2 – Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 12.4.3 – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 12.4.4 – Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 12.5 – O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 12.6 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.
- 12.7 – A ata de registro de preços será revogada quando não restarem fornecedores registrados ou por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

13 – SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1 – Não será admitida subcontratação para o presente objeto.



14 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

14.1 – O critério de julgamento é o MENOR PREÇO.

14.2 – A adjudicação será feita pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

15 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

15.1 – Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, em favor da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado por representante legal ou funcionário autorizado, discriminando o teor da contratação e os dados da contratada, que comprove que a licitante forneceu bens em prazo, características e quantidades compatíveis os descritos no instrumento convocatório e seus anexos.

15.2. Apresentar licença de funcionamento conferido pelo órgão Sanitário Estadual ou Municipal dentro do prazo de validade, para venda e/ou distribuição de medicamentos.

15.3 – Apresentar autorização de funcionamento expedida pela ANVISA com publicação no D.O.U (Diário Oficial da União) para venda e/ou distribuição de medicamentos.

15.4 – Apresentar certificado de Regularidade conferido pelo Conselho Regional de Farmácia dentro do prazo de validade.

16 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

16.1 – A apresentação da certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor do local do principal estabelecimento da pessoa jurídica, na forma do art. 3º da L. 11.101/05, não sendo causa de inabilitação da licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado ou homologado pelo juízo competente, quando da entrega da documentação de habilitação.

16.2 – A apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, aceitos, alternativamente: por publicação em diário oficial; por publicação em jornal; por cópia ou fotocópia na Junta Comercial da sede ou domicílio do proponente; por cópia ou fotocópia do livro Diário, desde que incluindo os Termos de Abertura e de Encerramento; por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 do Código Civil.



16.3 – A comprovação da boa situação financeira da empresa, constatada mediante obtenção do índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,0 (um inteiro e zero décimos), resultante da aplicação da fórmula $LG = (AC+RLP) / (PC+PNC)$, onde AC é ativo circulante, RLP é realizável em longo prazo, PC é passivo circulante e PNC é passivo não circulante, vedado arredondamento do cálculo.

16.4 – A licitante que apresentar resultado inferior a 1,0 (um inteiro e zero décimos) do índice de Liquidez Geral (LG) deverá comprovar, considerados os riscos para a Administração, o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado dos itens vencidos pelo licitante.

16.5 – Em caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

16.6 – Em caso de haver previsão legal ou previsão no contrato social, admite-se a apresentação de balanço patrimonial intermediário.

16.7 – O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/ 2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

17 – GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

18 – DEMAIS OBSERVAÇÕES

18.1 – O presente estará disponível aos interessados em participar do certame no Setor de Licitações do Município, situada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro – Bom Jardim (4º andar – Comissão Permanente de Licitações e Compras), de segunda-feira a sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h às 17h.

18.2 – Não há anexo ao presente Termo de Referência.

18.3 – A licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002.

19 – RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E CIÊNCIA DOS FISCAIS E GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

19.1 – É responsável pela elaboração deste documento a servidora:

JORDANA HOELZ DA SILVA, Mat.: 41/6951



Assinatura do servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência.

19.2 – Estão cientes de suas indicações e atribuições:

RODRIGO ROMITO GONÇALVES
Mat.: 10/6241 SMS
Fiscal do Contrato

BRUNO PEREIRA ROZALES
Mat.: 10/6249 SMS
Fiscal do Contrato

19.3 – Está de acordo com os termos:

JORDANA HOELZ DA SILVA
Mat.: 41/6951
Gestor do Contrato

19.4 – Autorização do Secretário:

WUELITON PIRES
Secretário Municipal de Saúde



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

EMPRESA: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Tel: _____

CNPJ: _____ Inscrição Estadual: _____

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	MARCA	QTD. MÁXIMA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Acetato de desmopressina 0,2 MG	Comprimido		720		
2	Ácido Acetilsalicílico 81mg	Comprimido		1440		
3	Ácido Tióctico 600mg	Comprimido		6480		
4	Ácido Ursodesoxicólico 150mg	Comprimido		7920		
5	Ácido Ursodexicólico 300mg	Comprimido		2160		
6	Alogliptina, Benzoato/ Cloridrato Pioglitazona 25/15mg	Comprimido		240		
7	Alogliptina, Benzoato/ Cloridrato Pioglitazona 25/30mg	Comprimido		240		
8	Alogliptina, 25mg	Comprimido		240		
9	Amantadina 100mg (C1)	Comprimido		5040		
10	Amissulprida 50mg (C1)	Comprimido		1440		
11	Amissulprida 200mg (C1)	Comprimido		1440		
12	Amitriptilina, Cloridrato 12,5 mg/ Clordiazepóxido 5mg (C1)	Comprimido		720		
13	Anlodipino 2,5mg + Benazepril 10mg	Comprimido		720		
14	Apixabana 5mg	Comprimido		1440		
15	Benfotiamina 150mg	Comprimido		1440		
16	Bimatoprost 0,1mg/ml – colírio	Frasco		192		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

	(Frasco 5ml)					
17	Brinzolamida + Timolol – (frasco 5ml)	Frasco		24		
18	Brinzolamida 1% - colírio (frasco 5ml)	Frasco		72		
19	Calcipotriol 50 mcg/g+ betametasona 0,5 mg/g (frasco 30g)	Frasco		36		
20	Cianocobalamina 5000mcg + Piridoxina 100mg + Tiamina 100mg	Comprimido		4320		
21	Clobazam 10mg (B1)	Comprimido		6480		
22	Clobazam 20mg (B1)	Comprimido		4320		
23	Clonazepam 0,25mg (B1)	Comprimido		720		
24	Dabigatrana 110mg	Comprimido		17280		
25	Dabigatrana 150mg	Comprimido		6480		
26	Dapagliflozina 10mg	Comprimido		2880		
27	Dapagliflozina/Clo ridrato de Metformina 10mg/1000mg	Comprimido		720		
28	Deflazacorte 30mg	Comprimido		720		
29	Dexlansoprazol 60mg	Comprimido		720		
30	Dextrano 70 1mg+ Hipromelose 3mg – colírio mg/mL (0,1%) + 3 mg/mL (0,3%) (frasco 15ml)	Frasco		48		
31	Diosmina + Hesperidina 900mg/100mg	Comprimido		720		
32	Divalproato de Sódio 250mg (C1) comprimido – ER liberação prolongada- ER	Comprimido		4320		
33	Doxazosina 2mg; Finasterida 5mg	Comprimido		720		
34	Dutasterida + Tansulosina 0,5+0,4	Comprimido		3600		
35	Eltrombopag Olamina 50mg	Comprimido		2160		
36	Empagliflozina 10mg	Comprimido		720		
37	Empagliflozina 25mg	Comprimido		12240		
38	Enalapril+Anlodipi no 5mg+20mg	Comprimido		720		
39	Fenofibrato 250mg	Comprimido		720		
40	Ferro Aminoacido Quelato 500mg	Comprimido		2880		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

41	Formoterol+beclo metaso na 100 mcg + 6 mcg/dose PO INAL CT DISP INAL DPI (120 doses)	Caixa		24		
42	Fosfato de cálcio tribásico + colecalciferol 600 mg + 400 UI	Comprimido		1440		
43	Glicosamina 500 + Condroitina 400	Comprimido		4320		
44	Cloridrato de Hidralazina 25mg	Comprimido		2160		
45	Brometo de Ipratrópio + Bromidrato de Fenoterol 0,2mg/50mcl (frasco 10ml)	Frasco		24		
46	Lacosamida 100mg (C1)	Comprimido		5760		
47	Lacosamida 150mg (C1)	Comprimido		720		
48	Levetiracetam 100mg/ml (C1) (frasco 150ml)	Frasco		48		
49	Levodopa + benserazida 100/25 BD	Comprimido		7200		
50	Levodopa + benserazida 100/25 – DISPERSÍVEL	Comprimido		720		
51	Levodopa + benserazida 200/50	Comprimido		16920		
52	Levomepromazina 25mg (C1)	Comprimido		6480		
53	Levomepromazina 100mg	Comprimido		720		
54	Levotiroxina Sódica 62,5 mcg	Comprimido		720		
55	Lisado Bacteriano 3,5mg	Comprimido		720		
56	Nifedipino 30mg	Comprimido		720		
57	Oxibutinina 5mg	Comprimido		240		
58	Periciazina 1% - solução oral 1% (C1) (frasco 20ml)	Frasco		72		
59	Periciazina 4% - solução oral 4% (C1) (frasco 20ml)	Frasco		24		
60	Pirfenidona 267mg	Comprimido		12960		
61	Propafenona, cloridrato de 150 mg	Comprimido		720		
62	Ramipril/Besilato de Anlodipino 5 MG + 5 MG	Comprimido		720		
63	Rasagilina 1mg (C1)	Comprimido		720		
64	Rivaroxabana 2,5mg	Comprimido		720		
65	Rivaroxabana	Comprimido		1440		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

	15mg					
66	Rivaroxabana 20mg	Comprimido		12960		
67	Roflumilaste 500mcg	Comprimido		720		
68	Salmeterol + fluticasona 25/125mcg (120 doses)	Caixa		720		
69	Salmeterol + fluticasona 50/250 - (60 doses)	Caixa		264		
70	Salmeterol + Fluticasona 50/500 - (60 doses)	Caixa		24		
71	Sitagliptina 100mg	Comprimido		4320		
72	Sitagliptina 50mg + Metformina 500mg	Comprimido		720		
73	Sitagliptina 50mg + Metformina 1000mg	Comprimido		720		
74	Sulpirida 50mg (C1)	Comprimido		720		
75	Teofilina 200mg	Comprimido		2160		
76	Tiamazol 5mg	Comprimido		720		
77	Ticagrelor 90mg	Comprimido		4320		
78	Trazodona 150mg (C1)	Comprimido		720		
79	Valproato de Sódio - Ácido valproico 300-CR	Comprimido		4320		
80	Valproato de Sódio - Ácido valproico 500-CR	Comprimido		3600		
81	Valsartana + HCTZ+ Anlodipino 160+12,5+5mg	Comprimido		720		
82	Valsartana +Sacubitril 24+26mg	Comprimido		2880		
83	Valsartana +Sacubitril 49+51mg	Comprimido		720		
84	Valsartana +Sacubitril 97+103mg	Comprimido		18000		
85	Vilanterol + Fluticasona 100 MCG + 25 MCG PÓ INAL OR CT STR X 30 DOSES + BAND (30 doses)	Caixa		24		
86	Vildagliptina 50 mg + Metformina 850mg	Comprimido		8640		
87	Vildagliptina 50 mg + Metformina 1000mg	Comprimido		6480		
88	Vildagliptina 50mg	Comprimido		8640		
89	Vimocetina 5mg	Comprimido		720		
90	Insulina Lispro 10ml	Frasco		312		
91	Rituximabe	Frasco		16		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

	10mg/ml – frasco 50ml					
92	Aspirina Prevent 100mg	Comprimido		720		
93	Brosimum Gaudichaudii Trecul – pomada pom (bisnaga 30g)	Bisnaga		72		
94	Filtro Solar FPS 60 creme (bisnaga 60g)	Bisnaga		120		
95	Gel hidratante absorvente, estéril À base de Ácidos Graxos Vitaminas A e E (Bisnaga 85g)	Bisnaga		192		
96	Módulo de triglicerídeos de cadeia média para nutrição enteral ou oral, 2%, (Frasco 250ml)	Frasco		48		
97	Paroxetina XR 25mg	Comprimido		720		
98	Liraglutida + Insulina Degludeca 100U/ML + 3,6MG/ML (frasco 3ml)	Frasco		288		
99	Insulina Aspart 100U/ML (3ML caixa com 5 unidades - PENFILL)	Caixa		288		
100	Insulina Glargina 3ml	Frasco		1416		
101	Insulina Glargina 10ml	Frasco		432		
102	Insulina Lispro 3ml 100UI/ML caixa com 2 CARP (3ml)	Caixa		384		
103	Insulina Degludeca 100UI/ML (3ml caixa com 5 PENFILL)	Caixa		72		
104	Insulina Detemir (3ml – caixa com 5 PENFILL)	Caixa		48		
105	Insulina glargina + lixisenatida 100U/ML + 0,033MG/ML (3ml)	Frasco		48		
106	Insulina Aspart 100UI/ml – (10ml)	Frasco		48		
VALOR GLOBAL:						



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, na Comissão de Licitações e Compras, registram-se os preços da Empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo seu _____, _____, portador da carteira de Identidade nº _____, _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____. Constitui objeto desta Licitação o Registro de eventual e futura aquisição de MEDICAMENTOS para atender a de-manda dos pacientes da Farmácia Municipal de Bom Jardim, pelo período esti-mado de 12 (doze) meses, decorrente do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 009/2021, Processo nº 1302/21. Integram esta Ata de Registro de Preços o Termo de Proposta Comercial- Anexo II, independente de transcrição.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD. MÁXIMA	VALOR UNIT.	EMPRESA VENCEDORA
1	Acetato de desmopressina 0,2 MG	Comprimido	720		
2	Ácido Acetilsalicílico 81mg	Comprimido	1440		
3	Ácido Tióctico 600mg	Comprimido	6480		
4	Ácido Ursodesoxicólico 150mg	Comprimido	7920		
5	Ácido Ursodexicólico 300mg	Comprimido	2160		
6	Alogliptina, Benzoato/ Cloridrato Pioglitazona 25/15mg	Comprimido	240		
7	Alogliptina, Benzoato/ Cloridrato Pioglitazona 25/30mg	Comprimido	240		
8	Alogliptina, 25mg	Comprimido	240		
9	Amantadina 100mg (C1)	Comprimido	5040		
10	Amissulprida 50mg (C1)	Comprimido	1440		
11	Amissulprida 200mg (C1)	Comprimido	1440		
12	Amitriptilina, Cloridrato 12,5 mg/ Clordiazepóxido 5mg (C1)	Comprimido	720		
13	Anlodipino 2,5mg + Benazepril 10mg	Comprimido	720		
14	Apixabana 5mg	Comprimido	1440		
15	Benfotiamina 150mg	Comprimido	1440		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

16	Bimatoprost 0,1mg/ml – colírio (Frasco 5ml)	Frasco	192		
17	Brinzolamida + Timolol – (frasco 5ml)	Frasco	24		
18	Brinzolamida 1% - colírio (frasco 5ml)	Frasco	72		
19	Calcipotriol 50 mcg/g+ betametasona 0,5 mg/g (frasco 30g)	Frasco	36		
20	Cianocobalamina 5000mcg + Piridoxina 100mg + Tiamina 100mg	Comprimido	4320		
21	Clobazam 10mg (B1)	Comprimido	6480		
22	Clobazam 20mg (B1)	Comprimido	4320		
23	Clonazepam 0,25mg (B1)	Comprimido	720		
24	Dabigatran 110mg	Comprimido	17280		
25	Dabigatran 150mg	Comprimido	6480		
26	Dapagliflozina 10mg	Comprimido	2880		
27	Dapagliflozina/Clo ridrato de Metformina 10mg/1000mg	Comprimido	720		
28	Deflazacorte 30mg	Comprimido	720		
29	Dexlansoprazol 60mg	Comprimido	720		
30	Dextrano 70 1mg+ Hipromelose 3mg – colírio mg/mL (0,1%) + 3 mg/mL (0,3%) (frasco 15ml)	Frasco	48		
31	Diosmina + Hesperidina 900mg/100mg	Comprimido	720		
32	Divalproato de Sódio 250mg (C1) comprimido – ER liberação prolongada- ER	Comprimido	4320		
33	Doxazosina 2mg; Finasterida 5mg	Comprimido	720		
34	Dutasterida + Tansulosina 0,5+0,4	Comprimido	3600		
35	Eltrombopag Olamina 50mg	Comprimido	2160		
36	Empagliflozina 10mg	Comprimido	720		
37	Empagliflozina 25mg	Comprimido	12240		
38	Enalapril+Anlodipi no 5mg+20mg	Comprimido	720		
39	Fenofibrato 250mg	Comprimido	720		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

40	Ferro Aminoacido Quelato 500mg	Comprimido	2880		
41	Formoterol+beclometasol na 100 mcg + 6 mcg/dose PO INAL CT DISP INAL DPI (120 doses)	Caixa	24		
42	Fosfato de cálcio tribásico + colecalciferol 600 mg + 400 UI	Comprimido	1440		
43	Glicosamina 500 + Condroitina 400	Comprimido	4320		
44	Cloridrato de Hidralazina 25mg	Comprimido	2160		
45	Brometo de Ipratrópio + Bromidrato de Fenoterol 0,2mg/50mcl (frasco 10ml)	Frasco	24		
46	Lacosamida 100mg (C1)	Comprimido	5760		
47	Lacosamida 150mg (C1)	Comprimido	720		
48	Levetiracetam 100mg/ml (C1) (frasco 150ml)	Frasco	48		
49	Levodopa + benserazida 100/25 BD	Comprimido	7200		
50	Levodopa + benserazida 100/25 - DISPERSÍVEL	Comprimido	720		
51	Levodopa + benserazida 200/50	Comprimido	16920		
52	Levomepromazina 25mg (C1)	Comprimido	6480		
53	Levomepromazina 100mg	Comprimido	720		
54	Levotiroxina Sódica 62,5 mcg	Comprimido	720		
55	Lisado Bacteriano 3,5mg	Comprimido	720		
56	Nifedipino 30mg	Comprimido	720		
57	Oxibutinina 5mg	Comprimido	240		
58	Periciazina 1% - solução oral 1% (C1) (frasco 20ml)	Frasco	72		
59	Periciazina 4% - solução oral 4% (C1) (frasco 20ml)	Frasco	24		
60	Pirfenidona 267mg	Comprimido	12960		
61	Propafenona, cloridrato de 150 mg	Comprimido	720		
62	Ramipril/Besilato de Anlodipino 5 MG + 5 MG	Comprimido	720		
63	Rasagilina 1mg (C1)	Comprimido	720		
64	Rivaroxabana	Comprimido	720		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

	2,5mg				
65	Rivaroxabana 15mg	Comprimido	1440		
66	Rivaroxabana 20mg	Comprimido	12960		
67	Roflumilaste 500mcg	Comprimido	720		
68	Salmeterol + fluticasona 25/125mcg (120 doses)	Caixa	720		
69	Salmeterol + fluticasona 50/250 - (60 doses)	Caixa	264		
70	Salmeterol + Fluticasona 50/500 - (60 doses)	Caixa	24		
71	Sitagliptina 100mg	Comprimido	4320		
72	Sitagliptina 50mg + Metformina 500mg	Comprimido	720		
73	Sitagliptina 50mg + Metformina 1000mg	Comprimido	720		
74	Sulpirida 50mg (C1)	Comprimido	720		
75	Teofilina 200mg	Comprimido	2160		
76	Tiamazol 5mg	Comprimido	720		
77	Ticagrelor 90mg	Comprimido	4320		
78	Trazodona 150mg (C1)	Comprimido	720		
79	Valproato de Sódio - Ácido valproico 300-CR	Comprimido	4320		
80	Valproato de Sódio - Ácido valproico 500-CR	Comprimido	3600		
81	Valsartana + HCTZ+ Anlodipino 160+12,5+5mg	Comprimido	720		
82	Valsartana +Sacubitril 24+26mg	Comprimido	2880		
83	Valsartana +Sacubitril 49+51mg	Comprimido	720		
84	Valsartana +Sacubitril 97+103mg	Comprimido	18000		
85	Vilanterol + Fluticasona 100 MCG + 25 MCG PÓ INAL OR CT STR X 30 DOSES + BAND (30 doses)	Caixa	24		
86	Vildagliptina 50 mg + Metformina 850mg	Comprimido	8640		
87	Vildagliptina 50 mg + Metformina 1000mg	Comprimido	6480		
88	Vildagliptina 50mg	Comprimido	8640		
89	Vimocetina 5mg	Comprimido	720		
90	Insulina Lispro	Frasco	312		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

	10ml				
91	Rituximabe 10mg/ml – frasco 50ml	Frasco	16		
92	Aspirina Prevent 100mg	Comprimido	720		
93	Brosimum Gaudichaudii Trecul – pomada pom (bisnaga 30g)	Bisnaga	72		
94	Filtro Solar FPS 60 creme (bisnaga 60g)	Bisnaga	120		
95	Gel hidratante absorvente, estéril À base de Ácidos Graxos Vitaminas A e E (Bisnaga 85g)	Bisnaga	192		
96	Módulo de triglicerídeos de cadeia média para nutrição enteral ou oral, 2%, (Frasco 250ml)	Frasco	48		
97	Paroxetina XR 25mg	Comprimido	720		
98	Liraglutida + Insulina Degludeca 100U/ML + 3,6MG/ML (frasco 3ml)	Frasco	288		
99	Insulina Aspart 100U/ML (3ML caixa com 5 unidades - PENFILL)	Caixa	288		
100	Insulina Glargina 3ml	Frasco	1416		
101	Insulina Glargina 10ml	Frasco	432		
102	Insulina Lispro 3ml 100UI/ML caixa com 2 CARP (3ml)	Caixa	384		
103	Insulina Degludeca 100UI/ML (3ml caixa com 5 PENFILL)	Caixa	72		
104	Insulina Detemir (3ml – caixa com 5 PENFILL)	Caixa	48		
105	Insulina glargina + lixisenatida 100U/ML + 0,033MG/ML (3ml)	Frasco	48		
106	Insulina Aspart 100UI/ml – (10ml)	Frasco	48		



1 – DURAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS DERIVADOS, PRAZO, FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO, DETALHAMENTO DO OBJETO

1.1 – DURAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS DERIVADOS

1.1.1 – O termo inicial da vigência da ata de registro de preços é a data de assinatura desta.

1.1.2 – A ata de registro de preços terá duração de 12 (doze) meses.

1.1.3 – O termo inicial do contrato derivado da ata de registro de preços é a data de assinatura deste.

1.1.4 – O termo final do contrato derivado da ata de registro de preços é a data do cumprimento integral das obrigações das partes.

1.1.4.1 – As obrigações da CONTRATADA consideram-se integralmente cumpridas quando recebido definitivamente os objetos requisitados e decorrido os prazos de garantia legal e contratual.

1.1.4.2 – As obrigações do CONTRATANTE consideram-se integralmente cumpridas quando concluído o pagamento pelos objetos.

1.1.5 – O prazo de duração do contrato não poderá ser prorrogado.

1.2 – PRAZO, FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1.2.1 – A Administração emitirá por escrito ordem de fornecimento, com a quantidade e identificação dos bens que serão fornecidos, o local de fornecimento, o prazo máximo para a entrega, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.

1.2.2 – Os insumos a serem adquiridos serão fornecidos em remessa parcelada, conforme ordens de fornecimento, em prazo máximo de em prazo máximo de 07 dias úteis após o recebimento da ordem de fornecimento, que será encaminhada via e-mail pela Direção de Serviços Farmacêuticos, no seguinte endereço: Farmácia Municipal de Bom Jardim, instalada no Centro de Saúde Djalma Neves, situado à Av. Venâncio Pereira Veloso, 78 Centro - Bom Jardim - RJ, de segunda à terça-feira, das 8:30 às 11:30 e das 11:30 às 16:30 horas e as quarta, quinta e sexta-feira somente de 8:00 as 11:30 aos cuidados da Diretora de Serviços Farmacêuticos.

1.2.3 – O prazo para conclusão do fornecimento dos insumos requisitados poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.2.4 – O prazo para fornecimento dos medicamentos requisitados poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante comprovação e autorização expressa da fiscalização do contrato.

1.2.5 – Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no instrumento convocatório, em seus anexos ou na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 02 dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

1.2.6 – Os medicamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou ateste das notas fiscais.

1.2.7 – Caso a verificação de conformidade não seja procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

1.2.8 – O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

1.3 – DETALHAMENTO DO OBJETO

1.3.1 – Serão registrados os preços dos seguintes medicamentos, em suas respectivas qualidades e quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD. MÍNIMA	QTD. MÁXIMA
1	Acetato de desmopressina 0,2 MG	268572	Comprimido	360	720
2	Ácido Acetilsalicílico 81mg	285055	Comprimido	720	1440
3	Ácido Tióctico 600mg	394865	Comprimido	3240	6480
4	Ácido Ursodesoxicólico 150mg	269460	Comprimido	3960	7920
5	Ácido Ursodexicólico 300mg	309040	Comprimido	1080	2160
6	Alogliptina, Benzoato/ Cloridrato Pioglitazona 25/15mg	445952	Comprimido	120	240
7	Alogliptina, Benzoato/ Cloridrato Pioglitazona 25/30mg	445954	Comprimido	120	240
8	Alogliptina, 25mg	436169	Comprimido	120	240
9	Amantadina 100mg (C1)	268079	Comprimido	2520	5040
10	Amissulprida 50mg (C1)	396081	Comprimido	720	1440
11	Amissulprida 200mg (C1)	401321	Comprimido	720	1440
12	Amitriptilina, Cloridrato 12,5 mg/ Clordiazepóxido 5mg (C1)		Comprimido	360	720
13	Anlodipino 2,5mg + Benazepril 10mg	394916	Comprimido	360	720
14	Apixabana 5mg	429846	Comprimido	720	1440
15	Benfotiamina 150mg	410989	Comprimido	720	1440
16	Bimatoprosta 0,1mg/ml – colírio (Frasco 5ml)	405997	Frasco	96	192
17	Brinzolamida + Timolol – (frasco 5ml)	395807	Frasco	12	24
18	Brinzolamida 1% - colírio (frasco 5ml)	353418	Frasco	36	72
19	Calcipotriol 50 mcg/g+ betametasona 0,5 mg/g (frasco 30g)	434562	Frasco	18	36
20	Cianocobalamina 5000mcg + Piridoxina 100mg + Tiamina 100mg	270813	Comprimido	2160	4320
21	Clobazam 10mg (B1)	272901	Comprimido	3240	6480
22	Clobazam 20mg (B1)	272902	Comprimido	2160	4320
23	Clonazepam 0,25mg (B1)	344014	Comprimido	360	720
24	Dabigatrana 110mg	370117	Comprimido	8640	17280



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

25	Dabigatrana 150mg	402259	Comprimido	3240	6480
26	Dapagliflozina 10mg	432908	Comprimido	1440	2880
27	Dapagliflozina/Cloridrato de Metformina 10mg/1000mg	437837	Comprimido	360	720
28	Deflazacorte 30mg	273150	Comprimido	360	720
29	Dexlansoprazol 60mg	450073	Comprimido	360	720
30	Dextrano 70 1mg+ Hipromelose 3mg – colírio mg/mL (0,1%) + 3 mg/mL (0,3%) (frasco 15ml)	312390	Frasco	24	48
31	Diosmina + Hesperidina 900mg/100mg	428425	Comprimido	360	720
32	Divalproato de Sódio 250mg (C1) comprimido – ER liberação prolongada- ER	433279	Comprimido	2160	4320
33	Doxazosina 2mg; Finasterida 5mg		Comprimido	360	720
34	Dutasterida + Tansulosina 0,5+0,4	428705	Comprimido	1800	3600
35	Eltrombopag Olamina 50mg	410020	Comprimido	1080	2160
36	Empagliflozina 10mg	437078	Comprimido	360	720
37	Empagliflozina 25mg	434874	Comprimido	6120	12240
38	Enalapril+Anlodipino 5mg+20mg	270879	Comprimido	360	720
39	Fenofibrato 250mg	342501	Comprimido	360	720
40	Ferro Aminoacido Quelato 500mg		Comprimido	1440	2880
41	Formoterol+beclometaso na 100 mcg + 6 mcg/dose PO INAL CT DISP INAL DPI (120 doses)	407441	Caixa	12	24
42	Fosfato de cálcio tribásico + colecalciferol 600 mg + 400 UI	448883	Comprimido	720	1440
43	Glicosamina 500 + Condroitina 400	274227	Comprimido	2160	4320
44	Cloridrato de Hidralazina 25mg	268111	Comprimido	1080	2160
45	Brometo de Ipratrópio + Bromidrato de Fenoterol 0,2mg/50mccl (frasco 10ml)	428076	Frasco	12	24
46	Lacosamida 100mg (C1)	434406	Comprimido	2880	5760
47	Lacosamida 150mg (C1)	437994	Comprimido	360	720
48	Levetiracetam 100mg/ml (C1) (frasco 150ml)	352933	Frasco	24	48
49	Levodopa + benserazida 100/25 BD	398689	Comprimido	3600	7200
50	Levodopa + benserazida 100/25 – DISPERSÍVEL	270128	Comprimido	360	720
51	Levodopa + benserazida 200/50	270126	Comprimido	8460	16920
52	Levomepromazina 25mg (C1)	268128	Comprimido	3240	6480
53	Levomepromazina 100mg	268129	Comprimido	360	720
54	Levotiroxina Sódica 62,5 mcg	438280	Comprimido	360	720
55	Lisado Bacteriano 3,5mg	400470	Comprimido	360	720
56	Nifedipino 30mg	274150	Comprimido	360	720
57	Oxibutinina 5mg	272327	Comprimido	120	240
58	Periciazina 1% - solução oral 1% (C1) (frasco 20ml)	300988	Frasco	36	72
59	Periciazina 4% - solução oral 4% (C1) (frasco 20ml)	300989	Frasco	12	24
60	Pirfenidona 267mg	434252	Comprimido	6480	12960
61	Propafenona, cloridrato de 150	384894	Comprimido	360	720



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

	mg				
62	Ramipril/Besilato de Anlodipino 5 MG + 5 MG	276264	Comprimido	360	720
63	Rasagilina 1mg (C1)		Comprimido	360	720
64	Rivaroxabana 2,5mg		Comprimido	360	720
65	Rivaroxabana 15mg	412092	Comprimido	720	1440
66	Rivaroxabana 20mg	412091	Comprimido	6480	12960
67	Roflumilaste 500mcg	403990	Comprimido	360	720
68	Salmeterol + fluticasona 25/125mcg (120 doses)	332788	Caixa	36	720
69	Salmeterol + fluticasona 50/250 – (60 doses)	296792	Caixa	132	264
70	Salmeterol + Fluticasona 50/500 – (60 doses)	436777	Caixa	12	24
71	Sitagliptina 100mg	331389	Comprimido	2160	4320
72	Sitagliptina 50mg + Metformina 500mg	381063	Comprimido	360	720
73	Sitagliptina 50mg + Metformina 1000mg	410294	Comprimido	360	720
74	Sulpirida 50mg (C1)	282299	Comprimido	360	720
75	Teofilina 200mg	267416	Comprimido	1080	2160
76	Tiamazol 5mg	273700	Comprimido	360	720
77	Ticagrelor 90mg	400852	Comprimido	2160	4320
78	Trazodona 150mg (C1)	362260	Comprimido	360	720
79	Valproato de Sódio - Ácido valproico 300-CR	407033	Comprimido	2160	4320
80	Valproato de Sódio - Ácido valproico 500-CR	400436	Comprimido	1800	3600
81	Valsartana + HCTZ+ Anlodipino 160+12,5+5mg	396557	Comprimido	360	720
82	Valsartana +Sacubitril 24+26mg	445431	Comprimido	1440	2880
83	Valsartana +Sacubitril 49+51mg	445430	Comprimido	360	720
84	Valsartana +Sacubitril 97+103mg	445432	Comprimido	9000	18000
85	Vilanterol + Fluticasona 100 MCG + 25 MCG PÓ INAL OR CT STR X 30 DOSES + BAND (30 doses)	448564	Caixa	12	24
86	Vildagliptina 50 mg + Metformina 850mg	397598	Comprimido	4320	8640
87	Vildagliptina 50 mg + Metformina 1000mg	397600	Comprimido	3240	6480
88	Vildagliptina 50mg	362802	Comprimido	4320	8640
89	Vimocetina 5mg	369106	Comprimido	360	720
90	Insulina Lispro 10ml	276233	Frasco	156	312
91	Rituximabe 10mg/ml – frasco 50ml		Frasco	8	16
92	Aspirina Prevent 100mg		Comprimido	360	720
93	Brosimum Gaudichaudii Trecul – pomada pom (bisnaga 30g)		Bisnaga	36	72
94	Filtro Solar FPS 60 creme (bisnaga 60g)	405890	Bisnaga	60	120
95	Gel hidratante absorvente, estéril À base de Ácidos Graxos Vitaminas A e E (Bisnaga 85g)		Bisnaga	96	192
96	Módulo de triglicerídeos de cadeia média para nutrição		Frasco		48



	enteral ou oral, 2%, (Frasco 250ml)			24	
97	Paroxetina XR 25mg	296302	Comprimido	360	720
98	Liraglutida + Insulina Degludeca 100U/ML + 3,6MG/ML (frasco 3ml)		Frasco	144	288
99	Insulina Aspart 100U/ML (3ML caixa com 5 unidades - PENFILL)	276234	Caixa	144	288
100	Insulina Glargina 3ml	438153	Frasco	708	1416
101	Insulina Glargina 10ml	273836	Frasco	216	432
102	Insulina Lispro 3ml 100UI/ML caixa com 2 CARP (3ml)		Caixa	192	384
103	Insulina Degludeca 100UI/ML (3ml caixa com 5 PENFILL)	432782	Caixa	36	72
104	Insulina Detemir (3ml – caixa com 5 PENFILL)	337473	Caixa	24	48
105	Insulina glargina + lixisenatida 100U/ML + 0,033MG/ML (3ml)		Frasco	24	48
106	Insulina Aspart 100UI/ml – (10ml)		Frasco	24	48

1.3.2 – As quantidades máxima e mínima ora dispostas são mera estimativa, elaboradas com intuito de orientar a empresa na apresentação de sua proposta, não obrigando a Administração a adquirir a quantidade integral dos bens.

1.3.3 – Alguns itens não possuem código na Listagem CATMAT.

2 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 – A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:

2.1.1 – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante e prazo de validade;

2.1.2 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

2.1.3 – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, o objeto diferente da descrição deste Termo de Referência;

2.1.4 – Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

2.1.5 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.1.6 – Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;



2.1.7 – Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;

2.1.8 – Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;

2.1.9 – Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e entrega dos objetos;

2.1.10 – O prazo de validade dos insumos no momento da entrega dever ser no mínimo de 75% de sua validade, contados da data de fabricação. O Cálculo a ser considerado será: % Validade = $A/B * 100$; onde: A = Cálculo da quantidade de dias obtido pela diferença entre a data de entrega dos insumos na farmácia municipal e a data de vencimento do medicamento. B = Cálculo da quantidade de dias obtido pela diferença entre a data de fabricação do insumo e sua data de vencimento.

2.1.11 – Todos os insumos, nacionais ou importados, devem ter constado nos rótulos e nas bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor;

2.1.12 – As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto ou importação, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica ou importadora está instalada;

2.1.13 – Na eventualidade de se verificarem desacordo na entrega dos produtos com o empenho a empresa deverá corrigir no prazo de até 72 horas;

2.1.14 – Fornecer integralmente os objetos no prazo, forma e local determinados no instrumento convocatório e seus anexos;

2.1.15 – Apresentar documentos, relatórios ou demais informações necessárias á execução do contrato.

3 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1 – A Administração está sujeita às seguintes obrigações:

3.1.1 – Emitir a ordem de início e receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;

3.1.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

3.1.3 – Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

3.1.4 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;

3.1.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos.



3.2 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRA-TADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4 – FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – O CONTRATANTE terá:

4.1.1 – O prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nos casos de bens recebidos cujo valor não ultrapasse R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), na forma do art. 5º, §3º da Lei Federal nº 8666/93.

4.1.2 – O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses.

4.2 – Os documentos fiscais serão emitidos em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 11.867.889/0001-25, situado na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro, Bom Jardim - RJ, CEP 28660-000.

4.3 – Junto aos documentos fiscais, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista com validade atualizada exigidas no instrumento convocatório e seus anexos.

4.4 – Após a juntada da prova de recebimento definitivo, a Administração incluirá o crédito da CONTRATADA na respectiva fila de pagamento, a fim de garantir o pagamento em obediência à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos.

4.5 – A ordem de pagamento poderá ser alterada por despacho fundamentado da autoridade superior, nas hipóteses de:

4.5.1 – Haver suspensão do pagamento do crédito;

4.5.2 – Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

4.5.3 – Haver seguros veiculares e imobiliários;

4.5.4 – Evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais da Administração ou para restaurá-los;

4.5.5 – Cumprimento de ordem judicial ou decisão de Tribunal de Contas;

4.5.6 – Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

4.5.7 – Ocorrência de casos fortuitos ou força maior;

4.5.8 – Créditos decorrentes de empréstimos e financiamentos bancários;

4.5.9 – Outros motivos de relevante interesse público, devidamente comprovados e motivados.

4.6 – O pagamento será suspenso, por meio de decisão motivada dos servidores competentes, em caso de constada irregularidade na documentação da CONTRATADA ou irregularidade durante o processo de liquidação.



4.7 – O pagamento será feito em depósito em conta corrente informada pela CONTRATADA, em parcelas correspondentes a cada ordem de fornecimento, na forma da legislação vigente.

4.7.1 – Os itens relativos ao fornecimento deverão corresponder, em sua totalidade, aos itens constantes na ordem de fornecimento e na nota de empenho emitida pela Administração, sem qualquer divergência entre estes.

4.7.2 – É vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação do fornecimento em sua totalidade.

4.8 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC-A e juros moratórios de 0,5% ao mês.

4.9 – A compensação financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = N \times V \times I$, onde EM é o encargo moratório devido, N é o número de dias atrasados do pagamento, V é o valor que deveria ser pago, e I é o índice de compensação, com valor de 0,00016438.

4.10 – Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando prejuízo econômico extraordinário e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a Administração para o justo pagamento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada, justificada e devidamente comprovada pela CONTRATADA.

4.11 – É vedada à CONTRATADA a cessão de crédito para instituições financeiras decorrentes dos pagamentos futuros dispostos no instrumento convocatório e seus anexos, ressalvada a hipótese do art. 46 da Lei Complementar nº 123/06.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 – Os créditos pelos quais as despesas relativas à presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

PROG. DE TRABALHO	NAT. DESPESA
0800.1030200642.071	3390.32.00

6 – CRITÉRIO DE REAJUSTE E REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na ata de registro de preços.

6.2 – Os preços estabelecidos poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

6.3 – Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará a adjudicatária para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.



6.4 – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.5 – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.6 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar a adjudicatária do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade quando confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

6.7 – Os licitantes remanescentes serão convocados para fornecer o produto pelo preço registrado, observada a classificação original.

6.8 – Não será aplicada penalidade ao licitante convocado na forma deste item que não aceitar a proposta da Administração.

6.9 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7 – PENALIDADES

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela inobservância das re-gras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita aos termos do disposto nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo-lhe aplicada, garantidas a prévia defesa, as seguintes penalidades:

7.1.1 – Advertência.

7.1.2 – Multa(s).

7.1.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

7.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.2 – São infrações leves as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, mas sem prejuízo à Administração, em especial:

7.2.1 – Não fornecer os bens conforme as especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, corrigindo em tempo hábil o fornecimento;

7.2.2 – Não observar as cláusulas contratuais referentes às obrigações, quando não importar em conduta mais grave;

7.2.3 – Deixar de adotar as medidas necessárias para adequar o fornecimento às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos;

7.2.4 – Deixar de apresentar imotivadamente qualquer documento, relatório, informação, relativo à execução do contrato ou ao qual está obrigado pela legislação;



7.2.5 – Apresentar intempestivamente os documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação.

7.3 – São infrações médias as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, em especial:

7.3.1 – Reincidir em conduta ou omissão que ensejou a aplicação anterior de advertência;

7.3.2 – Atrasar o fornecimento ou a substituição dos bens;

7.3.3 – Não completar, de forma parcial, o fornecimento dos bens;

7.3.4 – Não recolher os tributos, contribuições previdenciárias e demais obrigações legais, incluindo o FGTS, quando cabível;

7.4 – São infrações graves as condutas que caracterizam inexecução parcial ou total do contrato, em especial:

7.4.1 – Recusar-se o adjudicatário, sem a devida justificativa, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

7.4.2 – Atrasar o fornecimento dos bens em prazo superior a 10 dias úteis.

7.4.3 – Atrasar reiteradamente o fornecimento ou substituição dos bens.

7.5 – São infrações gravíssimas as condutas que induzam a Administração a erro ou que causem prejuízo ao erário, em especial:

7.5.1 – Apresentar documentação falsa;

7.5.2 – Simular, fraudar ou não iniciar a execução do contrato;

7.5.3 – Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação;

7.5.4 – Cometer fraude fiscal;

7.5.5 – Comportar-se de modo inidôneo;

7.5.6 – Não manter sua proposta.

7.6 – Será aplicada a penalidade de advertência às condutas que caracterizam infrações leves que importarem em inexecução parcial do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

7.7 – Será aplicada a penalidade de multa às condutas que caracterizam infração média, grave ou gravíssima que importarem em inexecução parcial ou total do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, observada as seguintes graduações:

7.7.1 – Para as infrações médias, o valor da multa será arbitrado entre 5 a 10 UNIFBJ;

7.7.2 – Para as infrações graves, o valor da multa será arbitrado entre 11 a 20 UNIFBJ;

7.7.3 – Para as infrações gravíssimas, o valor da multa será arbitrado entre 21 a 50 UNIFBJ.

7.8 – Será aplicada a penalidade de suspensão temporária, cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA, mesmo após a aplicação reiterada de multa, se recusar a



adotar as medidas necessárias para adequar o fornecimento às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, por até 02 (dois) anos.

7.9 – Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade, cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA cometer infração gravíssima com dolo, má-fé ou em conluio com servidores públicos ou outras licitantes.

7.10 – A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal produz efeitos apenas para o Município de Bom Jardim - RJ.

7.11 – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeito em todo o território nacional.

7.12 – Para assegurar os efeitos da declaração de inidoneidade e da suspensão temporária, a Administração incluirá as empresas sancionadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, até a reabilitação da empresa sancionada.

7.13 – A reabilitação da declaração de inidoneidade será concedida quando a empresa ou profissional penalizado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos de sua aplicação.

7.14 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando o licitante vencedor não manter a sua proposta no respectivo prazo de validade; ou ainda quando o adjudicatário se recusar a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, esta poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para substituir o licitante faltoso.

7.15 – As penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, dispostas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, poderão ser aplicados aos profissionais ou às empresas que praticarem os ilícitos previstos nos incisos do art. 88 do mesmo diploma legal, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

7.16 – Serão utilizados, para conversão dos valores das multas em moeda corrente, os valores atuais da unidade fiscal de referência de Bom Jardim – UNIFBJ, na forma do art. 439 do Código Tributário Municipal (LCM nº 218/2016), equivalente a 44,27 (quarenta e quatro inteiros e vinte e sete centésimos) de UFIR-RJ.

7.17 – As multas aplicadas deverão ser recolhidas em favor do Município no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

7.18 – As multas aplicadas e não recolhidas no prazo do instrumento convocatório serão inscritas em dívida ativa e executadas judicialmente conforme o disposto na Lei Federal nº 6.830/80 e na legislação tributária vigente, acrescida dos encargos correspondentes.

7.19 – As penalidades só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

8 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O fornecedor registrado poderá ter o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

8.2 – O cancelamento de seu registro poderá ser:



8.2.1 – a pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

8.2.2 – por iniciativa do Município de Bom Jardim:

a) se o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;

b) se o fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) se o fornecedor deixar de retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

8.2.3 – Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

8.3 – Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a CPLC fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

9 – DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A ata de registro de preços poderá ser revogada pela Administração:

9.1.1 – Por decurso de prazo de vigência;

9.1.2 – Quando não restarem fornecedores registrados;

9.1.3 – Pelo Município de Bom Jardim, quando caracterizado o interesse público.

10 – GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ATRIBUIÇÕES

10.1 – O órgão responsável pelo gerenciamento da ata de registro de preço é a Farmácia Municipal de Bom Jardim, representada pela servidora Jordana Hoelz da Silva, Diretora de Serviços Farmacêuticos, de Mat: 41/6951 SMS.

10.2 – Compete ao órgão responsável pelo gerenciamento da ata de registro de preços:

10.2.1 – Verificar, antes de emitir a ordem de fornecimento, se há saldo orçamentário disponível para a execução;

10.2.2 – Emitir a ordem de fornecimento, nos moldes do instrumento convocatório e seus anexos;

10.2.3 – Solicitar à fiscalização que inicie os procedimentos de acompanhamento e fiscalização;

10.2.4 – Encaminhar comunicações à CONTRATADA ou fornecer meios para que a fiscalização se comunique com a CONTRATADA;

10.2.5 – Aplicar sanções por descumprimento contratual;

10.2.6 – Requerer ou conceder ajustes, aditivos, suspensões, prorrogações ou supressões, na forma da legislação;

10.2.7 – Cancelar o registro dos licitantes, nas hipóteses do instrumento convocatório e seus anexos, convocando os licitantes remanescentes registrados para substituí-los;



10.2.8 – Revogar a ata de registro de preços, nas hipóteses do instrumento convocatório e da legislação aplicável;

10.2.9 – Controlar os quantitativos máximos estipulado, respeitando as cotas dos participantes;

10.2.10 – Tomar demais medidas necessárias para a regularização de faltas ou eventuais problemas;

10.2.11 – gerenciar, planejar e realizar comunicações relativas às pesquisas de mercado periódicas, em tempo hábil para observância ao prazo não superior de 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na ata de registro de preços.

10.2.11.1 – Entende-se como tempo hábil o prazo mínimo de 90 dias (noventa) de antecedência ao prazo máximo previsto no item

10.3 – Não haverá outros órgãos participantes além do órgão responsável pelo gerenciamento da ata de registro de preços.

10.4 – Não será admitida a adesão de órgãos que não participaram da presente licitação.

11 – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ATRIBUIÇÕES

11.1 – Serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato o Sr. RODRIGO ROMITO GONÇALVES, Farmacêutico, Mat:10/6241 SMS e o Sr. BRUNO PEREIRA ROZALES, Mat: 10/6249 SMS.

11.2 – Compete à fiscalização do contrato:

11.2.1 – Realizar os procedimentos de acompanhamento da execução do contrato;

11.2.2 – Apresentar-se pessoalmente no local, data e horário para o recebimento dos bens;

11.2.3 – Apurar ouvidorias, reclamações ou denúncias relativas à execução do contrato, inclusive anônimas;

11.2.4 – Receber e analisar os documentos emitidos pela CONTRATADA que são exigidos no instrumento convocatório e seus anexos;

11.2.5 – Elaborar o registro próprio e emitir termo circunstanciando, recibos e demais instrumentos de fiscalização, anotando todas as ocorrências da execução do contrato;

11.2.6 – Verificar a quantidade, qualidade e conformidade dos bens fornecidos;

11.2.7 – Recusar os bens entregues em desacordo com o instrumento convocatório e seus anexos, exigindo sua substituição no prazo disposto no instrumento convocatório e seus anexos;

11.2.8 – Atestar o recebimento definitivo dos objetos entregues em acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.

12 – PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

12.1 – Todas as comunicações entre a Administração e a CONTRATADA serão feitas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.

12.2 – A CONTRATADA, ao apresentar sua proposta comercial, deverá informar seu endereço para correio eletrônico, ou caso não disponha, o seu endereço comercial para recebimento das comunicações.



12.3 – Presumem-se válidas as intimações e comunicações dirigidas aos endereços informados pela CONTRATADA, incluindo as comunicações por meios eletrônicos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada à Administração, fluindo os prazos a partir da juntada do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

13 – DA PUBLICAÇÃO (ART. 61, PARÁGRAFO ÚNICO)

13.1 – A contratante deverá providenciar no prazo de até 20 dias, contados da assinatura do presente Contrato a publicação do respectivo extrato no jornal oficial do Município.

14 – CASOS OMISSOS (ART. 55, XII)

14.1 – Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

15 – FORO (ART. 55, § 2º)

15.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jardim, RJ, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três vias) iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Bom Jardim / RJ, **XX** de **XXXX** de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

CONTRADA

TESTEMUNHAS



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

_____ (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos Supervenientes/ impeditivos, para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data,

Assinatura do representante legal

Carimbo CNPJ

Observações:

- 1 – Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa.
- 2 – **Esta declaração NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes.**



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021

ANEXO V

CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)

(local) , de de 2021.

Ao
Município de Bom Jardim/RJ.
Praça Gov. Roberto Silveira nº 44 – 4º andar
Centro-Bom Jardim – RJ.

Ao Pregoeiro

Pela presente, fica credenciado o Sr. _____, residente e domiciliado na Rua...., portador da Célula de Identidade nº _____, expedida em ___/___/___ e CPF nº _____, para representar a empresa _____

Inscrita no CNPJ sob o nº _____, na Licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº _____, a ser realizada em _____

No endereço acima mencionado, às _____ horas, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive poderes para formular ofertas e lances de preços, prestar esclarecimentos, receber notificação, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpô-los, bem como assinar contratos e Atas.

Atenciosamente.

Assinatura do representante legal.

Carimbo do CNPJ.

OBS: A carta de credenciamento deverá ser assinada pelo representante legal da licitante, com poderes para constituir mandatário.

Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa;

A Carta de Credenciamento NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes.



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

NOME DA EMPRESA: _____

Declaramos que esta empresa cumpre, rigorosamente, o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, onde é proibido o trabalho noturno ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho aos menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal

NOME:

CART. DE IDENTIDADE:

C.P.F.:

CARGO NA EMPRESA:

Esta Declaração DEVERÁ ser colocada dentro dos envelopes.



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

_____ (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____ (endereço completo), vem por intermédio de seu representante legal o Sr. (a) _____

Portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF _____

DECLARA, sob as penas da Lei, que é _____

(MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 e 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

(data)

(representante legal)

Esta Declaração NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes.



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (modelo)

Ref.: Pregão nº _____

_____ (razão social da empresa), sediada _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ nº _____, vem por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, em atenção ao disposto no art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/02, declarar que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação na licitação modalidade Pregão Presencial nº _____/_____. Da Prefeitura Municipal de Bom Jardim – RJ.

Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

Local e data

(Assinatura do representante legal)

Esta Declaração NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes.



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Presencial nº, instaurado pelo Município de Bom Jardim/RJ, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público Municipal de Bom Jardim/RJ, bem como não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Local e data

Assinatura do representante legal

carimbo CNPJ



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

Ref.: Pregão nº _____

_____ (razão social da empresa), sediada
_____ (endereço completo), inscrita no CNPJ nº _____, vem por
intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de
Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, a
inexistência no quadro da empresa, de sócios ou representantes com vínculo de parentesco em
linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, de gestores públicos (servidores e
agentes políticos) ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Bom Jardim – RJ, envolvidos
no procedimento licitatório.

Local e data

(Assinatura do representante legal)

Esta Declaração NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021

ANEXO XI

MINUTA DE CONTRATO



Minuta de Contrato nº. XXX/2021.

Ref.: Pregão Presencial Para Registro de Preços nº. xxx/2021

**CONTRATO PARA EVENTUAL E FUTURA
AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E
A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, situado na Praça Governador Roberto Silveira, 144 – Centro – Bom Jardim/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 11.867.889/0001-25, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde **WUELITON PIRES**, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº 08891332-2, expedida pelo IFP, inscrito no CPF/MF sob o nº 781.922.777-04, com endereço profissional na Praça Governador Roberto Silveira, nº. 44, Centro, Bom Jardim/RJ, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº. xxxxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado por xxxxxxxxxxxxxxxx, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade nº. xxxxxxxxxxxxxx, e inscrito no CPF/MF sob o nº. xxxxxxxxxxxxxx, a seguir denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente instrumento, na modalidade de Pregão Presencial Para Registro de Preços nº. xxx/2021, previsto na Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, bem como no Decreto Municipal nº 1.393/2005, de 08 de abril de 2005, e da Lei nº. 8.666/93, constante dos autos dos Processos Administrativos nºs. 1302/2021 e 0773/2021, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto eventual e futura aquisição de MEDICAMENTOS para atender a demanda dos pacientes da Farmácia Municipal de Bom Jardim, pelo período estimado de 12 (doze) meses.



Parágrafo único – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital, juntamente com seus anexos e a proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O Contrato começará a vigor a partir de sua assinatura e terminará em 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor estimado de **R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pelos itens xxxxx.**

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (ART. 55, III, alíneas c e d)

O CONTRATANTE terá:

Parágrafo Primeiro – O prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo, para realizar o pagamento, nos casos de serviços recebidos cujo valor não ultrapasse R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), na forma do art. 5º, §3º da L8666/93, observado o disposto no cronograma de desembolso.

Parágrafo Segundo – O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses, observado o disposto no cronograma de desembolso.

Parágrafo Terceiro – Os documentos fiscais serão emitidos em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 11.867.889/0001-25, situado na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro, Bom Jardim - RJ, CEP 28660-000.

Parágrafo Quarto – Junto aos documentos fiscais, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista com validade atualizada exigidas no instrumento convocatório e seus anexos.

Parágrafo Quinto – Após a juntada da prova de recebimento definitivo, o CONTRATANTE incluirá o crédito da CONTRATADA na respectiva fila de pagamento, a fim de garantir o pagamento em obediência à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos.

Parágrafo Sexto – A ordem de pagamento poderá ser alterada por despacho fundamentado da autoridade superior, nas hipóteses de:



- I – Haver suspensão do pagamento do crédito.
- II – Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública.
- III – Haver seguros veiculares e imobiliários.
- IV – Evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais da Administração ou para restaurá-los.
- V – Cumprimento de ordem judicial ou decisão de Tribunal de Contas.
- VI – Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada.
- VII – Ocorrência de casos fortuitos ou força maior.
- VIII – Créditos decorrentes de empréstimos e financiamentos bancários.
- IX – Outros motivos de relevante interesse público, devidamente comprovados e motivados.

Parágrafo Sétimo - O pagamento será suspenso, por meio de decisão motivada dos servidores competentes, em caso de constada irregularidade na documentação da CONTRATADA ou irregularidade no processo de liquidação.

Parágrafo Oitavo - O pagamento será feito em depósito em conta corrente informada pela CONTRATADA, observado o respectivo Cronograma de Desembolso e na forma da legislação vigente.

Parágrafo Nono - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPC-A e juros moratórios de 0,5% ao mês.

Parágrafo Décimo - A compensação financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = N \times V \times I$, onde EM é o encargo moratório devido, N é o número de dias atrasados do pagamento, V é o valor que deveria ser pago, e I é o índice de compensação.

I - O índice de compensação, para fins deste tópico, é de 0,00016438.

Parágrafo Décimo Primeiro - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando prejuízo econômico extraordinário e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos



da CONTRATADA e o CONTRATANTE para o justo pagamento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada, justificada e devidamente comprovada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO (ART. 55, V)

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas com a seguinte dotação orçamentária, *P.T: 0800.1030200642.071 e N.D: 3390.32.00.*

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE E REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na ata de registro de preços.

Parágrafo Primeiro - Os preços estabelecidos poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Segundo - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará a adjudicatária para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo Terceiro - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

Parágrafo Quarto - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Parágrafo Quinto - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar a adjudicatária do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade quando confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.



Parágrafo Sexto - Os licitantes remanescentes serão convocados para fornecer o produto pelo preço registrado, observada a classificação original.

Parágrafo Sétimo - Não será aplicada penalidade ao licitante convocado na forma deste item que não aceitar a proposta da Administração.

Parágrafo Oitavo - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO, FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO, DETALHAMENTO DO OBJETO (ART. 55, IV)

A Administração emitirá por escrito ordem de fornecimento, com a quantidade e identificação dos bens que serão fornecidos, o local de fornecimento, o prazo máximo para a entrega, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.

Parágrafo Primeiro - Os insumos a serem adquiridos serão fornecidos em remessa parcelada, conforme ordens de fornecimento, em prazo máximo de em prazo máximo de 07 dias úteis após o recebimento da ordem de fornecimento, que será encaminhada via e-mail pela Direção de Serviços Farmacêuticos, no seguinte endereço: Farmácia Municipal de Bom Jardim, instalada no Centro de Saúde Djalma Neves, situado à Av. Venâncio Pereira Veloso, 78 Centro - Bom Jardim - RJ, de segunda à terça-feira, das 8:30 às 11:30 e das 11:30 às 16:30 horas e as quarta, quinta e sexta-feira somente de 8:00 as 11:30 aos cuidados da Diretora de Serviços Farmacêuticos.

Parágrafo Segundo - O prazo para conclusão do fornecimento dos insumos requisitados poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.



Parágrafo Terceiro - O prazo para fornecimento dos medicamentos requisitados poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante comprovação e autorização expressa da fiscalização do contrato.

Parágrafo Quarto - Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no instrumento convocatório, em seus anexos ou na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 02 dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Parágrafo Quinto - Os medicamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou ateste das notas fiscais.

Parágrafo Sexto - Caso a verificação de conformidade não seja procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

Parágrafo Sétimo - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES (ART. 55, VII)

Parágrafo primeiro: Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Emitir a ordem de início e receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;
- e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos.
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo segundo: Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto;
- b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante e prazo de validade;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, o objeto diferente da descrição deste Termo de Referência;
- e) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- h) Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;
- i) Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;



- j) Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e entrega dos objetos;
- k) O prazo de validade dos insumos no momento da entrega dever ser no mínimo de 75% de sua validade, contados da data de fabricação. O Cálculo a ser considerado será: % Validade = $A/B * 100$; onde: A = Cálculo da quantidade de dias obtido pela diferença entre a data de entrega dos insumos na farmácia municipal e a data de vencimento do medicamento. B = Cálculo da quantidade de dias obtido pela diferença entre a data de fabricação do insumo e sua data de vencimento.
- l) Todos os insumos, nacionais ou importados, devem ter constado nos rótulos e nas bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor;
- m) As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto ou importação, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica ou importadora está instalada;
- n) Na eventualidade de se verificarem desacordo na entrega dos produtos com o empenho a empresa deverá corrigir no prazo de até 72 horas;
- o) Fornecer integralmente os objetos no prazo, forma e local determinados no instrumento convocatório e seus anexos;
- p) Apresentar documentos, relatórios ou demais informações necessárias à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL (ART. 55, VII).

Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita aos termos do disposto nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo-lhe aplicada, garantidas a prévia defesa, as seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa(s);



III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro - São infrações leves as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, mas sem prejuízo à Administração, em especial:

- a) Não fornecer os bens conforme as especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, corrigindo em tempo hábil o fornecimento;
- b) Não observar as cláusulas contratuais referentes às obrigações, quando não importar em conduta mais grave;
- c) Deixar de adotar as medidas necessárias para adequar o fornecimento às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos;
- d) Deixar de apresentar imotivadamente qualquer documento, relatório, informação, relativo à execução do contrato ou ao qual está obrigado pela legislação;
- e) Apresentar intempestivamente os documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação.

Parágrafo Segundo - São infrações médias as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, em especial:

- a) Reincidir em conduta ou omissão que ensejou a aplicação anterior de advertência;
- b) Atrasar o fornecimento ou a substituição dos bens;
- c) Não completar, de forma parcial, o fornecimento dos bens;
- d) Não recolher os tributos, contribuições previdenciárias e demais obrigações legais, incluindo o FGTS, quando cabível.

Parágrafo Terceiro - São infrações graves as condutas que caracterizam inexecução parcial ou total do contrato, em especial:

- a) Recusar-se o adjudicatário, sem a devida justificativa, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;



- b) Atrasar o fornecimento dos bens em prazo superior a 10 dias úteis.
- c) Atrasar reiteradamente o fornecimento ou substituição dos bens.

Parágrafo Quarto - São infrações gravíssimas as condutas que induzam a Administração a erro ou que causem prejuízo ao erário, em especial:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Simular, fraudar ou não iniciar a execução do contrato;
- c) Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação;
- d) Cometer fraude fiscal;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Não manter sua proposta.

Parágrafo Quinto - Será aplicada a penalidade de advertência às condutas que caracterizam infrações leves que importarem em inexecução parcial do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

Parágrafo Sexto - Será aplicada a penalidade de multa às condutas que caracterizam infração média, grave ou gravíssima que importarem em inexecução parcial ou total do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, observada as seguintes graduações:

- a) Para as infrações médias, o valor da multa será arbitrado entre 5 a 10 UNIFBJ;
- b) Para as infrações graves, o valor da multa será arbitrado entre 11 a 20 UNIFBJ;
- c) Para as infrações gravíssimas, o valor da multa será arbitrado entre 21 a 50 UNIFBJ.

Parágrafo Sétimo - Será aplicada a penalidade de suspensão temporária, cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA, mesmo após a aplicação reiterada de multa, se recusar a adotar as medidas necessárias para adequar o fornecimento às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, por até 02 (dois) anos.

Parágrafo Oitavo - Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade, cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA cometer



infração gravíssima com dolo, má-fé ou em conluio com servidores públicos ou outras licitantes.

Parágrafo Nono - A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal produz efeitos apenas para o Município de Bom Jardim - RJ.

Parágrafo Décimo - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeito em todo o território nacional.

Parágrafo Décimo Primeiro - Para assegurar os efeitos da declaração de inidoneidade e da suspensão temporária, a Administração incluirá as empresas sancionadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, até a reabilitação da empresa sancionada.

Parágrafo Décimo Segundo - A reabilitação da declaração de inidoneidade será concedida quando a empresa ou profissional penalizado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Décimo Terceiro- Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando o licitante vencedor não manter a sua proposta no respectivo prazo de validade; ou ainda quando o adjudicatário se recusar a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, esta poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para substituir o licitante faltoso.

Parágrafo Décimo Quarto - As penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, dispostas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, poderão ser aplicados aos profissionais ou às empresas que praticarem os ilícitos previstos nos incisos do art. 88 do mesmo diploma legal, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Décimo Quinto - Serão utilizados, para conversão dos valores das multas em moeda corrente, os valores atuais da unidade fiscal de referência de Bom Jardim –



UNIFBJ, na forma do art. 439 do Código Tributário Municipal (LCM nº 218/2016), equivalente a 44,27 (quarenta e quatro inteiros e vinte e sete centésimos) de UFIR-RJ.

Parágrafo Décimo Sexto- As multas aplicadas deverão ser recolhidas em favor do Município no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

Parágrafo Décimo Sétimo - As multas aplicadas e não recolhidas no prazo do instrumento convocatório serão inscritas em dívida ativa e executadas judicialmente conforme o disposto na Lei Federal nº 6.830/80 e na legislação tributária vigente, acrescida dos encargos correspondentes.

Parágrafo Décimo Oitavo - As penalidades só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO (ART. 55, VIII E IX)

O presente CONTRATO poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (ART. 55, XII)

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (ART. 55, XII)

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

Quaisquer comunicações porventura existentes, seja por meio de documentos ou cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, serão feitas através de protocolo.



Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO (ART. 61, PARÁGRAFO ÚNICO).

A contratante deverá providenciar no prazo máximo de até 20 dias, contatos da assinatura do presente contrato a publicação do respectivo extrato no jornal oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS (ART. 55, XII).

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A fiscalização da contratação caberá aos servidores Sr. RODRIGO ROMITO GONÇALVES, Farmacêutico, Mat.10/6241 SMS e o Sr. BRUNO PEREIRA ROZALES, Mat. 10/6249 SMS.

Parágrafo Primeiro – Na falta ou impedimento do fiscal, este será substituído pelo seu suplente, a ser indicado pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – As decisões que ultrapassarem a competência da fiscalização e gestão do contrato serão solicitadas formalmente à autoridade superior administrativa em tempo hábil para adoção das medidas saneadoras.

Parágrafo Terceiro – O gestor e os fiscais do contrato serão nomeados por meio de Portaria, com suas respectivas atribuições, a ser expedida pelo Poder Executivo Municipal de Bom Jardim - RJ.

CLÁUSULA DÉCIMA – OITAVA - FORO (ART. 55, § 2º)

Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jardim, RJ, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três vias) iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.



Bom Jardim / RJ, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2021.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Maria Patrícia da Rosa Ferreira

CPF nº.: 097.534.467-64

Antônio Cláudio de Oliveira

CPF nº.: 974.019.357-91



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021

PROCESSO: 1302/2021

Razão Social: _____

CNPJ nº: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____

Pessoa para contato: _____

E-mail: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada e seus respectivos anexos.

Bom Jardim/RJ, _____ de _____ de 2021.

assinatura

CARIMBO DE CNPJ

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicito a V.Sa. preencher o recibo de entrega do edital e remeter a Comissão Permanente de Licitações e Compras.

A não remessa do recibo exime a comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.